

Pedra & Cal

Revista do Grémio das Empresas
de Conservação e Restauro
do Património Arquitectónico

Ano II - N.º 7 - Julho/Agosto/Setembro 2000 - Publicação trimestral - Preço 9,00\$00 - €1,48 (IVA incluída)



Património Cultural
e Natural versus
Construção Nova

Um equilíbrio difícil

entrevista com Gonçalo Ribeiro Telles
reportagem sobre o Arraial Ferreira Neto
documentos Agenda 21

Número oficial: Encontro Internacional GECORPA/GEOTA sobre Construção Sustentável (Arrábida, Setembro de 2000)

Pedra & Cal

Revista do Grémio das Empresas
de Conservação e Restauro
do Património Arquitectónico

neste número

N.º 7

JULHO/AGOSTO/SETEMBRO

TEMA DE CAPA – Património Cultural e Natural

- 8 Reportagem: Pedreiras: as duas faces da mesma moeda
- 12 Reportagem: Arraial Ferreira Neto: História de um atentado patrimonial
- 18 Entrevista: Gonçalo Ribeiro Telles
- 22 Documentos: CIB - Agenda 21 sobre construção sustentável
- 26 Opinião: Tecnologia do betão para o desenvolvimento sustentável - Kumar Mehta
- 30 Divulgação: Liga para a Protecção da Natureza

32 E-PEDRA&CAL

Novos sites sobre o património - Nuno Gil

33 UMA FIGURA DO PASSADO

Sebastião da Gama - José Alberto Ribeiro

34 PROJECTOS E ESTALEIROS

Ludgero de Castro e Cruzeta

36 TECNOLOGIA

Rebocar e refazer juntas - Tody Cezar

39 ESCOLAS

Condeixa: um curso para o património

44 AS LEIS DO PATRIMÓNIO

IVA a 5% para o património - João Malaca

45 NOTÍCIAS

46 RECORTES

47 VIDA ASSOCIATIVA

50 LIVROS

53 AGENDA

54 PERSPECTIVAS

Por uma política coerente de reabilitação urbana

- Nuno Teotónio Pereira

Tema de Capa

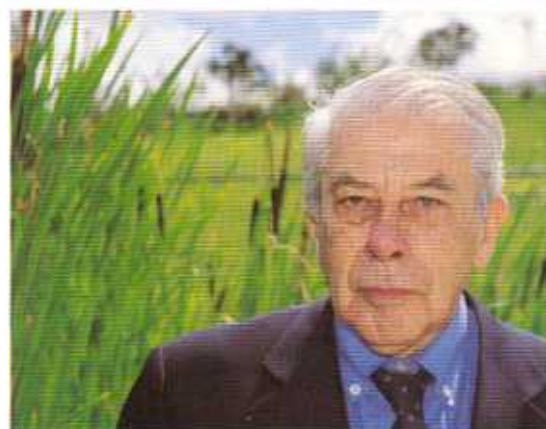


A exploração de pedreiras é uma ameaça constante ao património cultural e natural. Um

mal necessário que é preciso equilibrar. A Pedra&Cal foi ao fundo do problema e mostra os dois lados de uma indústria rentável e polémica. As pedreiras vistas pelos olhos dos empresários e das associações ambientalistas.

Fotografia de capa: Parque Natural da Serra da Arrábida.

ENTREVISTA Gonçalo Ribeiro Telles em entrevista à Pedra&Cal critica aquilo que chama de "desordenamento" urbano e afirma não acreditar nas virtudes do "Programa Polis". O Arquitecto paisagista que deu voz aos problemas do ambiente, está desencantado com a realidade. "Não sou pessimista, mas um realista", diz.



A construção pode esperar



Dado o grande impacto ambiental da sua actividade, prefiguram-se, no princípio do novo século, transformações importantes no sector da construção. Em Portugal, as posições assumidas pelas associações do sector têm sido, no entanto, ditadas por uma visão de curto prazo.

Os interesses das empresas representadas parecem estar centrados numa única palavra: mais. O sector aparece aos olhos da opinião pública como uma enorme fornalha, que tem de ser constantemente alimentada com mais urbanizações e mais edifícios.

Veja-se o seguinte exemplo: em 1984, uma grande associação tradicional lançou uma campanha em que exigia a construção de 700 000 novas habitações; nos 15 anos que decorreram até 1999, construíram-se em Portugal cerca de 1 000 000 de novos fogos; ora, essa mesma associação aparece agora a dizer que é preciso construir, pelo menos, 150 000 fogos/ano, durante, pelo menos, 10 anos! Isto depois de nos 4 anos de 1996 a 1999 o sector da construção em Portugal ter crescido 29,5%, (mais de 10 vezes a média da UE) e de em 1999 terem sido concluídas 101 428 casas (um crescimento de 13% em relação a 1998).

Ora, uma das formas mais eficazes de reduzir o impacto ambiental da construção e atender aos interesses da economia de custos é o aumento da vida útil dos edifícios existentes, através da sua reabilitação.

No entanto, apesar de se saber que há em Portugal mais de 1 000 000 de edifícios construídos antes de 1945, representando mais de 40% do total, e que cerca de 360 mil habitações reclamam obras urgentes de reabilitação, o número de licenças emitidas para este tipo de trabalho sofreu, em 1999, um decréscimo de 6%.

Se nos lembrarmos que, numa zona sísmica como Lisboa, todos os invernos se desmoronam dezenas de edifícios decrepitos, sem ninguém lhes tocar, a situação deixa de ser apenas paradoxal, para se tornar inquietante.

A construção nova pode, portanto, esperar. A reabilitação não.

V. Cósias e Silva

Pedra & Cal

Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato

Directora:

Vitor Cósias e Silva

Directora Adjunta:

Catarina Valença Gonçalves

Propriedade:

GECORPA - Grémio das Empresas

de Conservação e Restauro

do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, 27 1.º, 1050-170 Lisboa

Tel. 21 3542336 Fax 21 3157996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

nipc: 503980020

Edição e Produção:

Media Line - Comunicação e Imagem, lda

Tel. 21 4118360 Fax 21 4118369

Rua da Piedade, 15 c - 1495-104 Lisboa

E-mail: media.line@telepar.pt

Direcção de Edição e Produção:

Rita Azeiteiro

Coordenação de Redacção:

Rosa Amaral

Secretariado de Redacção:

Cristina Sousa

Fotografia:

Francisco Martinez

Revisão:

Fátima Dines

Conselho Redactorial:

José Aguiar, João Appleton, Teresa Campos

Cortizo, Nuno Gil, João Mascarenhas,

Mateus

Colaboradores*:

João Malaca, José Alberto Ribeiro, Nuno

Gil, Nuno Teófilo Pereira, Xumar Melha,

Tódy Cezar

Publicidade:

Ana Paula Alves

Tel. 21 4118360

Assinaturas:

GECORPA

Tel. 21 3542336 Fax 21 3157996

Design Gráfico:

Data d'ideias

www.dataideias.pt

Pre-impresão e impressão:

SOCTIP

Distribuição:

MIDESA

Tiragem: 5000 exemplares

Registo na DGCS n.º 222548

Periodicidade trimestral

Depósito Legal n.º 128444/98



Este número da revista Pedra&Cal é dedicado ao Encontro Internacional GECORPA/GEOTA: "Em defesa do património cultural e natural: reabilitar em vez de construir"



Traga um novo associado!

GECORPA: Pela Excelência na Conservação e na Reabilitação do Património Construído

A representatividade e a actuação do GECORPA assenta nos seus associados. Não basta que sejamos bons, é preciso que sejamos muitos! O GECORPA pretende agregar empresas de conservação, restauro e reabilitação do património construído. Não só da construção, mas

também do projecto, consultoria, instalações especiais...

Associe-se ao GECORPA, ou, no caso de já pertencer ao nosso Grémio, traga um novo associado e contribua para o fortalecimento desta associação empresarial.

Contacte-nos! Tel. 21 354 23 36 Fax 21 315 79 96 E-mail: info@gecorpa.pt

Assinatura Pedra&Cal e Encomenda de números atrasados



Envie este cupão ou cópia para:
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Dr.º,
1050-170 Lisboa

Queiram enviar-me, também, os seguintes
números pelo preço acima indicado,
acrescido de 150\$00 para portes, por
exemplar.

<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
<input type="checkbox"/> 4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> 6	

N.º 7		Pedra & Cal	
Assinatura de 4 números			
Sim, desejo assinar a Pedra&Cal durante 1 ano pelo preço de 3 240\$00 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa) acrescido de 600\$00 para portes de envio.			
Nome	Telef.	Fax	
Profissão/Função	Contr. n.º		
Morada para envio			
Localidade	Código Postal		
Junto cheque n.º	no valor	s/o Banco	
à ordem do GECORPA			
Data	Assinatura		
<small>nos termos legais, ao signatário é garantido o acesso aos seus dados e respectiva rectificação</small>			

Pedreiras:

da mesma moeda

Encontrar o equilíbrio entre o homem e a natureza é um problema velho como o mundo. Mas o ritmo alucinante deste final de milénio, torna cada vez mais urgente a sua resolução. O caso das pedreiras é apenas mais uma das muitas ameaças constantes do homem ao património cultural e natural. Apesar de existir um consenso em que não se pode proibir a extracção de pedra e encerrar as pedreiras, todos concordam que este é um mal necessário que é preciso controlar. A Pedra&Cal foi ao fundo do problema e mostra as duas faces da mesma moeda: as pedreiras vistas pelos olhos dos empresários e pelos olhos das associações ambientalistas. Retratos bem diferentes de uma indústria no fio da navalha. Por: Rosa Amaral

O cenário é dantesco. Gargantas profundas, gigantescas, que engolem tudo à sua volta. Feridas abertas nas paisagens que arrasam montanhas e brigam com a geografia. E depois o pó. Uma poeira fina que se cola a tudo.

E a terra seca, morta, onde nada cresce. E o barulho, um ruído constante e ensurdecedor de máquinas e camiões. É este o cenário de uma pedreira. Um cenário multiplicado por dez, cem, mil, ninguém sabe ou certo.

Encontramos pedreiras por todo o país. Legais e ilegais. Grandes e pequenas. Em paraísos naturais, como a Serra da Arrábida, ou as Serras d'Aires e Candeeiros. Ou em qualquer outro canto onde o homem descobriu maciços de calcário, basalto ou rochas ornamentais.

A exploração de pedreiras é um negócio florescente. Uma peça importante no puzzle do desenvolvimento económico de Portugal. Mas, em contrapartida, são enormes os custos causados ao património natural e cultural do país. Um problema que só nos últimos anos começou a preocupar as autoridades e a ser alvo de uma legislação mais apertada. Mas, que mesmo assim, está longe de ser resolvido.

Neste final de milénio, em que a questão do desenvolvimento sustentável parece ser a única saída para não comprometer o fim do planeta, o controle da extracção e a reabilitação das áreas onde se situam pedreiras são mais urgentes do que nunca.

Uma luta na qual as organizações não governamentais ligadas ao ambiente, como a Liga para a Protecção da Natureza, o GEOTA e a QUERCUS têm tido um papel fundamental. E em que alguns empresários já começaram a partici-

A lógica dos três "R"

Um dos principais problemas ligados às pedreiras é a recuperação e rentabilização das áreas atingidas pelas explorações. Todos concordam na necessidade de investir nesta área. Mas a realidade é bem diferente.

De acordo com Conceição Martins, Presidente do GEOTA, "Portugal ainda está muito atrasado em relação ao investimento na reutilização que, ao contrário do que muitos pensam, não é lesivo nem sequer contrário ao interesse económico". É a lógica dos três "R" defendida pelas associações ambientalistas: reduzir, reutilizar e reciclar aplicado às pedreiras.

Mas como? "Por exemplo, o caso dos entulhos, de restos de demolições. Porque é que em vez de se degradar outras áreas com estes materiais, não se recicla o que se pode reciclar - e que ainda é muita coisa - e o material restante não é utilizado para tapar as crateras de pedreiras que já não estejam em exploração?"

Segundo Conceição Martins "faltam esquemas de incentivo que suportem estas soluções". Tal como falta também legislação que proteja o ambiente dos excessos das pedreiras. "Há leis mas muito insuficientes a nível dos impactos ambientais cumulativos das centenas de pedreiras espalhadas pelo país, muitas delas clandestinas".

A Presidente do GEOTA explica que no caso das grandes pedreiras é relativamente fácil estudar, caso a caso, os seus impactos ambientais, mas isso já não é possível com a soma de todas as outras pequenas pedreiras existentes.

"Li outro dia uma notícia que dizia que só no centro do país foram legalizadas dezenas e dezenas de pedreiras", conta Conceição Martins. Ou seja, explorações que fun-

as duas faces



Em Portugal ainda se estão a dar os primeiros passos na recuperação das áreas atingidas pelas pedreiras. Mas enquanto as grandes empresas avançam nesse sentido, a maioria ainda não respeita a Lei.

9

cionavam completamente à margem da lei, com tudo o que isso implica. "O grande problema são mesmo as pequenas empresas. Neste campo ainda é preciso fazer muita coisa, nomeadamente, uma maior fiscalização por parte do Ministério do Ambiente". "Onde não tem havido muito trabalho é na área dos entulhos".

Pedra a mais

Este é aliás um problema que preocupa especialmente a Presidente do GEOTA. "Está tudo ligado. Se existisse uma filosofia de aproveitamento dos entulhos, não seria necessário utilizar tanta pedra, logo seria diminuído o impacto das pedreiras". E explica: "Há uma pavimentação excessiva. É necessário explicar às pessoas que existem outros materiais que podem ser utilizados, começando pelas casas de cada um. Já reparou que os portugueses cobrem com cimento os seus pátios? É toda uma mentalidade que tem de ser mudada".

Uma outra preocupação do GEOTA relativamente às pedreiras diz respeito às áreas protegidas. "As Serras da Arrábida, d'Aires e Candeeiros são dois maciços calcários, pouco rentáveis para a agricultura, onde se desenvolveu uma vegetação característica e uma fauna muito interessante que merecem ser protegidas". Aliás, o GEOTA já fez um estudo de impacto ambiental de um conjunto de pedreiras na Serra d'Aires e Candeeiros e o resultado não foi animador. "Não são só as pedreiras em si que destroem os ecossistemas, não podemos esquecer a contínua circulação de camiões naquelas zonas e tudo o que isso implica".

E como é que se consegue estabelecer o equilíbrio entre esses tesouros da natureza e as pedreiras que as rasgam? "É muito difícil. Há zonas onde pura e simplesmente nunca deveriam existir. Noutros locais, menos sensíveis, seria necessário

estabelecer uma legislação mais apertada no campo da protecção da natureza". E uma fiscalização que funcionasse e, quem sabe, a criação de incentivos às empresas que cumprissem uma adequada gestão ambiental. "Uma espécie de certificação", adianta Conceição Martins.

Uma das zonas onde nunca deveriam existir explorações de pedreiras é a Serra da Arrábida, "onde de facto põem em risco uma área protegida". Mas esta é uma realidade e o que fazer? "Apertar a fiscalização e obrigar as empresas a recuperar o que danificaram".

Já em 1971, o problema das pedreiras assustava a Liga para a Protecção da Natureza. Numa carta enviada à Direcção-Geral dos Serviços Florestais deu-se o embargo da exploração da pedreira do Alto do Jaspe, na Arrábida.

Aproveitando a abertura política que então se fazia sentir, a LPN moveu mundos e fundos numa grande campanha pública de sensibilização da população na defesa da Serra da Arrábida. A situação da pedreira era um dos crimes ambientais denunciados e a campanha acabou por dar os seus frutos. Alguns meses depois as autoridades mandavam encerrar a pedreira de brecha no Alto do Jaspe. Mas foi apenas uma batalha. A guerra, no Parque Natural da Serra da Arrábida continua. Ainda recentemente, a LPN denunciou mais um caso, desta vez relacionado com as pedreiras do Calhariz que vão cortando a Serra pelo lado Ocidental enquanto a fábrica de Cimento Secil continua, progressivamente, a "comer" a extremidade oriental.

Radiografia da situação

Neste momento, a Liga para a Protecção da Natureza está a preparar um levantamento da situação das pedreiras tanto as que se encontram em áreas protegidas, como noutras zonas do país. Um trabalho que a Presidente da LPN, Helena

Freitas, prevê estar pronto dentro de pouco tempo e que sirva de ponto de partida para uma análise mais profunda do que deve ou não deve ser feito.

"Como é óbvio todos sabemos que não se podem eliminar as pedreiras. Temos de propor alternativas e orientar a indústria para zonas onde não se destrua o património".

Para Helena Freitas é necessário ainda valorizar a atitude positiva das empresas proprietárias das pedreiras que se preocupam em preservar e recuperar as zonas onde intervm. "Há casos de empresas, como por exemplo a Secil, que estão a fazer um investimento na recuperação ambiental. Mas é necessário valorizar essa atitude".

"No Parque Natural da Arrábida, só na recuperação de pedreiras antigas, já repusemos cerca de 800 mil espécies de plantas", afirmou à Pedra&Cal, Bravo Ferreira, da Secil. Esta empresa, um dos gigantes da área da exploração de pedreiras, tem tido uma atitude de grande abertura em relação aos problemas ambientais.

"Desde 1965, com o primeiro estudo de recuperação paisagística orientado por Edgar Fontes, que a empresa está empenhada na recuperação das suas pedreiras", conta Bravo Ferreira. No entanto, só em 1973 apresentou oficialmente o primeiro pedido de recuperação, um plano de lavra e um projecto paisagístico.

"É muito difícil recuperar as pedreiras antigas, algumas com paredes a pique de dezenas de metros. Mas propusemos avançar com a recuperação de algumas de entre elas". E como? "Depositando terra arável, deixando caminhos para a manutenção e plantando espécies características da zona".

Pedreiras antigas

Isso só aconteceu em 1981 e, segundo Bravo Ferreira, "durante muito tempo ninguém percebeu o que é que estava a ser feito, pois esta replantação não é imediatamente visível". Todo este projecto passa pela aprovação do Parque Natural da Serra da Arrábida e pela Câmara

Municipal de Setúbal. Os esquemas de recuperação são elaborados por triénios. Em cada triénio são definidas as áreas a recuperar. Uma vez aprovado o orçamento, a empresa deposita uma caução. Se a empresa não cumprir, o dinheiro está lá para que a recuperação seja feita.

Bravo Ferreira não consegue dizer de memória quanto é que a Secil já investiu na recuperação destas pedreiras. Mas garante que apenas em custos directos com mão de obra já

foram despendidos mais de 100 mil contos. "Fomos obrigados a criar um viveiro junto à fábrica, uma espécie de berçário, infantil e escola primária, onde as plantas são preparadas para a sua replantação. Temos aprendido muito e neste momento temos uma taxa de perdas muito baixa.

E quanto às pedreiras antigas, o que é que está a ser feito? Bravo Ferreira não esconde que isso é um problema permanente para a empresa. "O mais grave são as paredes verticais. Pouco há a fazer. Aprendemos com os erros do passado e agora é impensável escavar uma pedreira daquela maneira".

Para José Paulo Martins, da Quercus, são exactamente essas pedreiras antigas que constituem o maior problema. E, neste caso, não basta fazer cumprir a Lei. "Tem que existir uma vontade política para resolver o problema. E o exemplo da Secil não é mais do que isso: um exemplo que não corresponde à realidade".

Recorda casos como as pedreiras de S. Luis, em Setúbal, encerradas sem existir qualquer plano de recuperação e transformadas em depósitos de entulho e lixo tóxico. Ou um outro caso, denunciado pela Quercus, de uma pedreira na Serra d'Aires onde estavam a ser depositados hidrocarbonetos vindo das petroquímicas da zona de Cabo Ruivo, durante as obras da Expo 98.

Vontade política

"Existem casos muito graves, verdadeiros atentados ambientais e a resolução destes problemas tem que passar pelo Governo". Tal como tem que ser o Governo a decidir o que é que vai fazer com as pedreiras situadas em locais protegidos, como por exemplo a da Arrábida.

Para José Paulo Martins "é inadmissível que existam pedreiras naquele local". E adianta: "Não são só as pedreiras em si que estão a destruir aquele património natural. Há o enorme tráfego de camiões, as infiltrações e as explosões constantes. A gruta do Zambujal está toda destruída devido às explosões". E, depois, há as pessoas, as comunidades que têm de viver ao lado das pedreiras e que sentem na pele todos estes problemas.

A Quercus, aliás, recebe muitas queixas. "Pessoas que se queixam das poeiras, das explosões, da poluição das águas". Casos pontuais em que aquela associação tenta intervir. Na zona centro do País, existem já alguns projectos de educação ambiental. Mas é uma luta contra gigantes.

Segundo revelou à Pedra&Cal José Paulo Martins, neste momento a Quercus está a fazer o levantamento das questões ligadas às pedreiras existentes na zona central alentejana. "Temos um grupo de trabalho constituído por jovens licenciados que conhecem bem a realidade local e o trabalho deverá estar terminado no final do ano". E depois? "Vamos tentar encontrar soluções para problemas pontuais, caso a caso". Os grandes problemas, insiste este dirigente da Quercus, "só podem ser solucionados através de uma vontade política clara".



O encerramento das pedreiras no Parque Natural da Serra da Arrábida tem que passar por uma decisão política

Arraial Ferre

História de um atentado patrimonial

Classificado pelo IPPAR como Imóvel de Interesse Público, incluído na protecção especial do Parque Natural da Ria Formosa, o último vestígio de um arraial de pesca do atum no Algarve está a ser transformado num complexo hoteleiro aprovado por todas as entidades, apesar da lei não o permitir. Ana Paula Amendoeira, Secretária-Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional para os Monumentos e Sítios - ICOMOS, comenta à Pedra&Cal os contornos pouco claros deste processo. Por: Rosa Amaral

O destino do Arraial Ferreira Neto, situado na foz do Rio Gilão, em Tavira, está em suspenso: a aprovação para aquele local, protegido por lei, de um hotel de cinco estrelas tem levado a vários protestos, entre os quais os da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS. Ana Paula Amendoeira refere "O ICOMOS não pode fazer nada a não ser alertar e protestar contra a situação, pois é um organismo não governamental que tem apenas uma função consultiva junto da UNESCO para o património mundial".

Mas o prestígio, isenção e competência técnica deste organismo, aliado ao facto de ter um conhecimento profundo de todo o processo relativo ao Arraial Ferreira Neto faz com que as críticas de Ana Paula Amendoeira sejam fundamentadas em factos concretos. E ouvidas com toda a atenção.

Como é que o processo chegou às mãos do ICOMOS? Em Julho do ano passado, a Comissão Nacional do ICOMOS foi solicitada, pelo então Director do Parque Natural da Ria Formosa, a emitir um parecer sobre o valor histórico-arquitectónico do Arraial Ferreira Neto e, também, a tentar avaliar quais os impactos para o local do projecto de transformação do Arraial numa unidade hoteleira.





ra Neto:

Do antigo Arraial Ferreira Neto já pouco resta para além da memória. Embora o processo de licenciamento do Hotel seja polémico, as obras já começaram.

13



Como é que o processo chegou às mãos do ICOMOS?
Em Julho do ano passado a Comissão Nacional do ICOMOS foi solicitada, pelo então Director do Parque Natural da Ria Formosa, a emitir um parecer sobre o valor histórico-arquitectónico do Arraial Ferreira Neto e, também, a tentar avaliar quais os impactos para o local do projecto de transformação do Arraial numa unidade hoteleira.

Um património para o Algarve

O Arraial Ferreira Neto é hoje um exemplar único das 17 armações de pesca do atum que existiram na costa portuguesa e uma memória viva da história do próprio Algarve. Desde que os fenícios introduziram na Península Ibérica não só as artes da pesca como também o tratamento do pescado, o Algarve começou a orientar praticamente a totalidade da sua economia para o mar.

Com os romanos, a actividade piscatória em todo o Sul de Portugal tornou-se um símbolo da prosperidade económica e a pesca do atum já era na altura uma das mais importantes. A prova deste facto foi encontrada no Algarve, durante as escavações da antiga cidade romana de Ossonoba: algumas moedas do espólio da escavação representam numa das faces um barco e, na outra, um atum.

Durante a Idade Média a pesca do atum tinha o estatuto de "pescaria real" e era um direito exclusivo da coroa, rendendo bom dinheiro e continuando, durante os séculos XV e XVI, a engordar as receitas do tesouro real. Durante o século XVIII, o Marquês de Pombal reanimou a actividade que se encontrava em crise e em 1813 há notícias de um requerimento ao Rei por parte dos pescadores algarvios para a criação da Reais Pescarias do Reino do Algarve, o embrião daquilo que mais tarde ficou conhecido como "Companhia de Pescarias do Algarve".

O Arraial Ferreira Neto ocupa 20 mil metros quadrados e foi construído em 1943 pela Companhia de Pescas do Algarve. É uma construção cuja arquitectura e planeamento são representativas do gosto, racionalidade e hierarquização do espírito do Estado Novo. Contava com cerca de 60 habitações, escola, capela, posto médico, sanitários públicos, cantina, clube, habitações dos professores e um sector industrial composto por diversos armazéns e oficinas.

Ao longo dos séculos a pesca do atum constituiu para toda a região do Algarve um importante foco de desenvolvimento económico tendo sido apenas nos anos 60 que a actividade começou a decair. Contra ventos e marés, o Arraial Ferreira Neto foi capaz de sobreviver mais dez anos até que não conseguiu lutar mais contra o destino. Nos anos 70, devido a dificuldades económicas inultrapassáveis, o Arraial teve de encerrar definitivamente.

Sobrou memória, fragmentos da história de um povo e de uma actividade que durante séculos lhe moldou as vidas. Uma memória que o projecto hoteleiro aprovado para o local vai fazer desaparecer para sempre.

R.A.

"O Director pediu-nos este parecer em desespero de causa. É preciso que se saiba que todo este processo decorreu sempre sem a mínima preocupação de qualquer entidade. Aqueles técnicos lutaram sozinhos contra um processo completamente ilegal". E não foi fácil. Ana Paula Amendoeira descreve o clima de apreensão vivido por aqueles funcionários do Parque Natural da Ria Formosa: "Na função pública não existem muitas pessoas assim, empenhadas em cumprir as suas funções. Mais, em extravasar largamente aquilo que lhes era exigido e, pondo mesmo em risco os seus cargos. Houve muitos que acabaram por sair do Parque. Foi um processo muito complicado, que não é do conhecimento público".

O parecer foi enviado ao Director do Instituto de Conservação da Natureza e o ICOMOS entregou cópias ao Presidente da República, Primeiro Ministro e Ministros do Equipamento Social, da Cultura e do Ambiente, Presidente do IPPAR, Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, bem como aos directores dos principais órgãos de comunicação social nacionais e associações de protecção da natureza. Respostas só chegaram de Belém e de S. Bento, institucionais. E um comentário concordante com o parecer do ICOMOS vindo do Director-Geral da DGEMN, "A Direcção-Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul foi uma das instituições que deu sempre parecer negativo ao projecto".

Um projecto que, segundo o parecer do ICOMOS, está coberto "de erros graves ao nível legal, técnico, científico, ético e estético". E avisa que o facto de se estar perante um conjunto histórico tradicional e homogéneo, obriga a que seja cuidadosamente conservado sem alterações, tal como é referido na Recomendação de Nairobi para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, adoptada pela Unesco em 1979 e ratificada pelo Estado Português.

O parecer do ICOMOS salienta ainda a fraquíssima qualidade do projecto no que diz respeito à conservação e restauro dos edifícios, "sendo mesmo a sua execução altamente prejudicial não só para a preservação do monumento como para o equilíbrio da paisagem protegida em que se insere, promovendo a pressão turística altamente nociva e incompatível com um turismo que se quer ecológico num ecossistema ainda equilibrado".

O plano de ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, aprovado por todos os ministérios e publicado em Diário da República tem a força de lei. "Este plano de ordenamento é claríssimo quanto à proibição de qualquer construção na área do Parque a não ser edificações efémeras e amovíveis. Além disso, o Parque Natural da Ria Formosa tem espécies que só nidificam ali. O projecto de um hotel de cinco estrelas para o Arraial Ferreira Neto vai contra as disposições do plano de ordenamento, é incompatível", diz Ana Paula Amendoeira acrescentando que o

E qual a solução? "Claro que o Arraial deveria ser recuperado. Havia uma ideia que, para mim, fazia todo o sentido que era usar as estruturas para apoio à Universidade do Algarve para investigações marítimas, transformando as casas em pequenos gabinetes ou laboratórios..."

Arraial, com a sua construção proto-urbana e com pequenas casas de características humildes, não é transformável num hotel de luxo. "Como é que se vão colocar ali suites, piscinas, saunas, jaccuzis, sem descaracterizar as construções? É impossível."

E qual a solução? "Claro que o Arraial deveria ser recuperado. Havia uma ideia que, para mim, fazia todo o sentido que era usar as estruturas para apoio à Universidade do Algarve, para investigações marítimas, transformando as casas em pequenos gabinetes ou laboratórios. Recuperava-se a tipologia e ficava-se com um equipamento ligado à memória da pesca do atum, continuando a ligação ao mar". Mas esta ideia foi ultrapassada pela pressão do imobiliário. "Não se vai recuperar nada. Além disso o hotel aumenta em cerca de 40 por cento a área de construção e tem cerca de 200 camas. Estão previstas estradas numa zona onde são proibidas. Em suma, foram feitas alterações irreversíveis naquele sistema ecológico equilibrado que é

EDICON

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA

**Empresa especializada em restauro
de monumentos
e património arquitectónico**

EDICON - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA

Rua do Poder Local nº 2 S/L B • 1675 PONTINHA • Telef.: 478 24 17 Fax: 478 24 68



Proteger para recuperar

A Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional para os Monumentos e Sítios - ICOMOS é uma entidade não governamental e um parceiro consultivo da UNESCO, chamada a dar pareceres quando está em causa a classificação de Património Mundial em território português. Esta classificação, segundo Ana Paula Amendoeira, "mediatizou-se muito no últimos anos e por isso as pessoas tendem a valorizá-la por variados motivos, esquecendo por vezes aquilo que realmente é fundamental, que é a conservação do património". Apesar de em Portugal não existirem problemas muito graves é verdade que, segundo a Secretária-Geral de delegação portuguesa do ICOMOS, "por vezes os sítios ficam piores depois da classificação de património da humanidade". Isto, porque "as pessoas não entendem que a classificação não é o fim de um processo mas sim o princípio". Foi o que aconteceu com Sintra? "Chegaram à Unesco uma série de informações a denunciar o estado de degradação da paisagem de Sintra e a Unesco pediu parecer à Comissão Nacional do ICOMOS?! adianta Ana Paula Amendoeira.

Um parecer que não agradou a toda a gente mas que, segundo a Secretária-Geral da delegação portuguesa do ICOMOS, apenas referia o estado de conservação da Paisagem Cultural de Sintra, classificada como Património da Humanidade. "O ICOMOS é uma entidade independente e com uma filosofia muito rigorosa em termos de isenção e análise técnica". É este selo de qualidade que leva várias entidades a pedirem pareceres ao ICOMOS em casos concretos como aconteceu com o Arraial Ferreira Neto.

património natural classificado com regras muito claras para a sua protecção. Os promotores da obra fizeram alterações ao projecto, que aumentam ainda mais a pressão sobre o sítio: aumento dos lugares de estacionamento, construção de uma cave, construção de estrada de acesso ao hotel no interior do Parque Natural, etc."

"Este projecto nunca deveria ter existido. Não podia ter passado no Parque Natural, porque o plano de ordenamento o proíbe. Nunca poderia ter sido aprovado pela Câmara de Tavira, porque o PDM o proíbe. Tal como não deveria ser aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza sem ter existido um estudo de impacto ambiental, o que é proibido por lei". Ou seja, tudo indicava que o projecto nunca poderia ir para a frente, mas foi.

"É um escândalo nacional", diz Ana Paula Amendoeira. No parecer emitido pelo Conselho Consultivo do IPPAR relativamente à classificação do Arraial Ferreira Neto como Imóvel de Interesse Público, e ao qual a Pedra&Cal teve acesso, afirma-se que aquele conjunto era considerado um exemplo único da pequena comunidade industrial com expressão proto-urbana ainda da primeira metade do século XX existente em Portugal. É que o processo estava abundantemente fundamentado relativamente ao seu valor histórico e arquitectónico.

Os membros do Conselho Consultivo do IPPAR lamentam "a recusa dos proprietários do Arraial face à hipótese de classificação". O mesmo parecer realça ainda a importância do conjunto e das suas potencialidades "no quadro dos espaços do seu Parque Natural na perspectiva de um renovado turis-

Apesar de estar localizado numa zona protegida e defendida por um PDM, o Arraial não conseguiu escapar a uma morte anunciada



Arraial Ferreira Neto a uma utilização que destruisse a sua identidade, além da necessidade daquele conjunto continuar a ser usufruído pela população algarvia como património colectivo.

O mais irónico de tudo é que esse memorando não esquece a legislação relativa ao Parque Natural da Ria Formosa, nomeadamente, o Decreto Regulamentar n.º 2/91 de 24 de Janeiro onde se afirma não ser permitida naquela área qualquer tipo de construção destinada à habitação, mas apenas à manutenção de explorações ligadas à utilização dos recursos marinhos.

As nossas obras são o nosso maior património



CONSTRUTORA VILA FRANCA
Fundada em 1957

Extensão Nacional 10 m 137,52 - 2695 Santa Iria de Azoia - Tel. 219 533 230 - Fax 219 533 230

mo de face ecológica", bem como a necessidade de salvaguardar imediatamente aquele conjunto.

Isto foi em Fevereiro do ano passado. Dois ou três meses depois, o IPPAR esquece o parecer do seu Conselho Consultivo e aprova naquele local a construção de um hotel com duzentas camas e uma piscina em forma de atum, cujo projecto só tinha pareceres negativos, não tinha estudo de impacto ambiental e não cumpria o plano de ordenamento do Parque. "Como é que é possível?", interroga-se Ana Paula Amendoeira.

A Pedra&Cal sabe ainda que, em 1998, a convite do Parque Natural da Ria Formosa, tanto a Direcção Regional de Faro do IPPAR, como a Direcção do Sul da DGEMN assinaram um memorando sobre o Arraial Ferreira Neto no qual todos consideraram, juntamente com os técnicos do Parque, a necessidade de salvaguardar a arquitectura interior e exterior daquele conjunto, como testemunha de um modo de vida de um povo e de uma região.

Nessa reunião ficou ainda assente que não se deveria nunca subordinar o

Ordenamento

não existe uma visão global para o país

Quando era politicamente incorrecto falar de ambiente, ecologia, ordenamento do território ou urbanismo, Gonçalo Ribeiro Telles já fazia ouvir a sua voz. Uma luta solitária e persistente que se tornou uma referência para todos os que se preocupam com o difícil equilíbrio do mundo em que vivemos. Hoje em dia, Ribeiro Telles continua a recusar pactuar com aquilo que chama "o reino da confusão" e afirma que ainda estamos muito longe do que deveriam ser as cidades do futuro. Para este arquitecto paisagista, o Programa Polis não vai resolver o "desordenamento" urbano em que vivemos e mostra-se muito preocupado com a destruição das quintas e aldeias históricas em redor de Lisboa, em nome dos interesses imobiliários. Uma entrevista desassombrada e inquietante de alguém que diz não ser pessimista, mas apenas realista. Por: Rosa Amaral

O senhor arquitecto foi um dos primeiros "verdes" a lutar contra os crimes ambientais, mas hoje, numa altura em que finalmente este tema se mediatizou, a sua voz não se faz ouvir entre os muitos grupos ambientalistas. Está desencantado com a situação ou desistiu de falar de ambiente?

Estes grupos ambientalistas têm andado preocupados com coisas muito importantes como a qualidade do ar, a qualidade da água, os problemas dos resíduos, enfim, todas as consequências negativas da civilização industrial. Mas têm-se preocupado muito pouco com a origem desse mal, que é o ordenamento do território. Por isso, hoje nego-me quase a falar sobre ambiente antes de falar de ordenamento do território.

Mas o ordenamento do território também é ambiente?

Não tem sido considerado como ambiente. Tem sido considerado umas vezes como urbanismo, outras vezes como planeamento urbano, outras ainda como engenharia do território. O ordenamento do território que, no fundo, é o problema da paisagem global, tem tido muitos nomes. Mas aí é que está a origem de tudo e é também aí que se encontra a possibilidades de controle de todos os problemas graves do ambiente como os resíduos ou os da qualidade da água ou do ar.

Sou, portanto, absolutamente contrário a que se faça uma política de ordenamento do território por sectores. Acho que estamos a ter uma visão do território completamente sectorial em que cada entidade profissional defende interesses

parcelares que depois no fim não encaixam uns nos outros. Uma vez dominam os economistas, outras vezes dominam os biólogos, outras ainda os engenheiros civis e tudo anda à volta do encontro deste puzzle absolutamente macabro que caiu sobre o território.

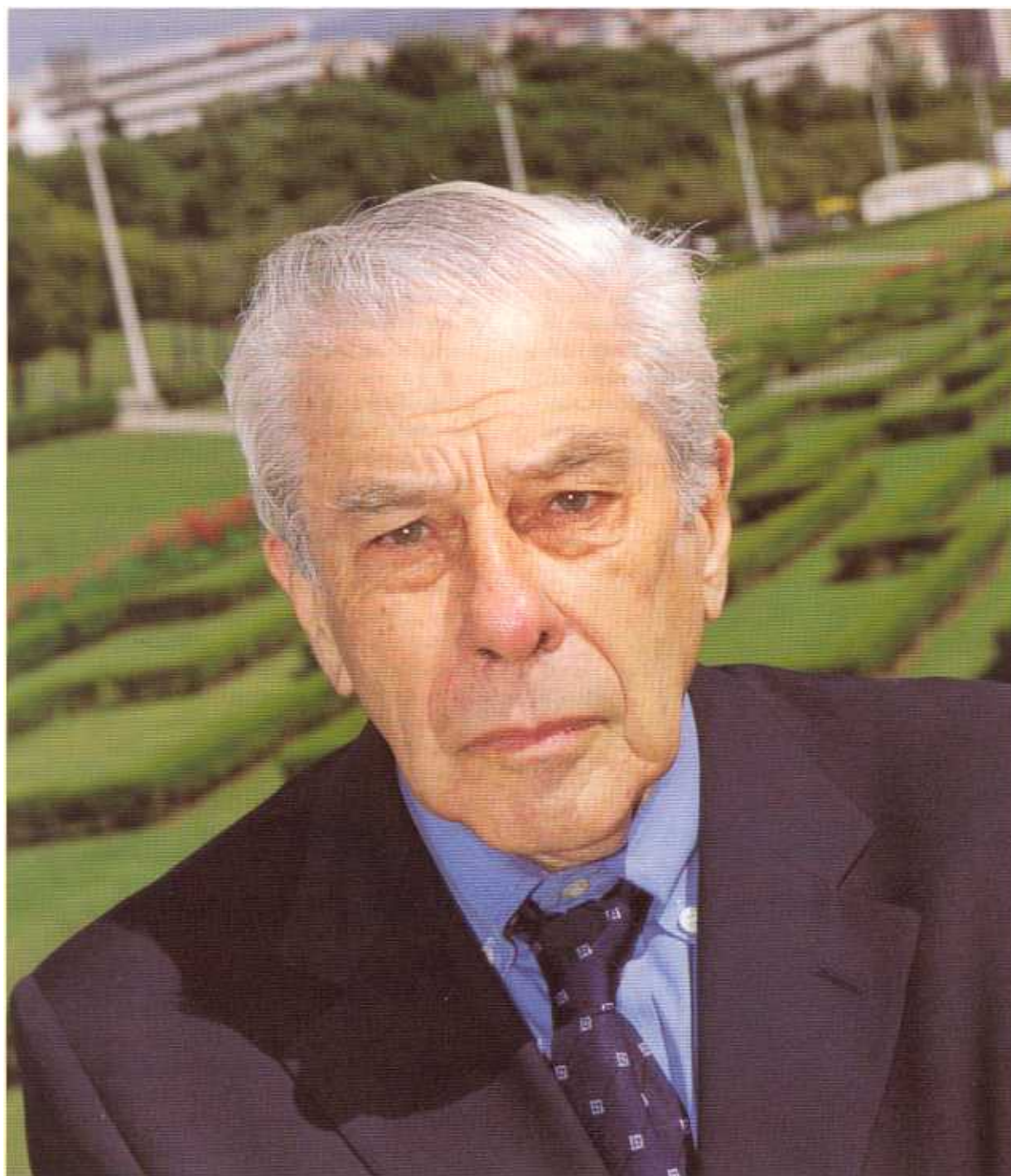
Então é da opinião de que os PDM's não vieram ajudar a ordenar o território?

Não ajudaram. Os PDM's têm duas figuras fundamentais que têm vindo a ser destruídas quer pelos governos, quer pelas autarquias, quer inclusivamente pelos próprios profissionais que elaboraram muitos dos planos de ordenamento do território. Isso acontece porque não foi compreendido o alcance dessas figuras que são: a reserva agrícola nacional e a reserva ecológica nacional.

E não tenhamos paliativos, porque o problema grave começou quando se iniciou as desafectações das reservas agrícola e ecológica, apoiadas de todas maneiras e com grande actividade por parte das autarquias. Foi depois que começaram a nascer, para lá do ordenamento do território, os problemas geográficos sectoriais. Primeiro foi o ordenamento da costa. Agora nasceram os ordenamentos das cidades.

Não existe uma visão global e há essencialmente muita ignorância da parte dos responsáveis de que a cidade do século XXI é uma cidade que está integrada no campo. Toda a Europa está a fazer isso. Já não há fronteiras entre o campo e a cidade, daí ter que se pensar num planeamento global.

do território:



Gonçalo Ribeiro Telles: "Éramos a construir duas ou três vezes mais do que a França e a Alemanha e a construir em altura, o que já ninguém faz".

Os nossos urbanistas ainda não compreenderam isso, ainda fazem a cidade como se houvesse para além dela uma coisa a que chamavam zona rural. Uma definição insípida. Gostava que eles agora definissem qual é a zona rural da área metropolitana de Lisboa.

Já não existe. Tal como já não existem as aldeias e quintas em redor de Lisboa...

Isso já foi destruído há muito tempo. Essas quintas dos arredores, que eram elementos fundamentais ambientais e culturais estão sistematicamente a ser destruídas. O plano da Alta de Lisboa passa por cima da Charneca como se a Charneca não existisse. É grave o que está a ser feito no Largo do Médico e no Largo da Feira. Como também é grave o que está a ser feito às quintas adjacentes às aldeias históricas que estão protegidas desde 1970.

· Tudo isso é Património e foi esquecido. Não se importam de ir para os Olivais Velho e ao lado fazer uns "monstros" com sete, oito ou nove pisos... Estamos no reino da confusão.

Está pois muito pessimista?

Não estou pessimista, estou a ser realista.

Vê alguma saída quando são as próprias Câmaras Municipais a contribuir para todo este "desordenamento"?

Tem que haver saída porque dentro das próprias câmaras, dentro do Governo e mesmo dentro da própria população a reacção já começou. O pior é que é uma reacção que joga com interesses há muito estabelecidos, com rotinas e com o conservadorismo dos serviços e é de facto muito difícil até para os próprios responsáveis poderem de um momento para o outro travar o processo.

O que vale neste país é a construção desenfreada sem se saber sequer para quê. Estamos a construir duas ou três vezes mais do que faz a França ou a Alemanha e a construir em altura para habitação, o que já não se faz em lado nenhum.

Por outro lado, estão a mentir à população quando dizem que se vai avançar com mais estradas e auto-estradas urbanas para resolver o problema das circulações. Não é nada. É só para abrir mais bandas para construção.

Não lhes interessa a integração da estrada na paisagem,

gista conduz um material que é autónomo. Plantamos a árvore, conduzimo-la para o lugar certo, mas depois o seu desenvolvimento é com ela. Isto é que é a arquitectura paisagística. Não é jardinagem, não é decoração, não é vegetalização como a Junta Autónoma das Estradas pretende.

As obras da arquitectura paisagista têm que se apoiar numa base científica muito importante, dentro da ecologia, da natureza dos materiais, mas quando se faz uma obra de arquitectura paisagista ela nunca é inaugurada, porque nunca está terminada. É um percurso dinâmico porque o material é vivo.

É uma obra que está sempre a surpreender o seu criador. Quando vai aos jardins da Fundação Calouste Gulbenkian fica surpreendido com o rumo que a natureza tomou?

Nunca fico, porque nunca estão terminados. Aliás, neste momento tenho em mãos uma encomenda para continuar o projecto dos jardins da Gulbenkian.

E como é que está o seu projecto do corredor verde que liga Lisboa a Monsanto?

Está a avançar como estão a avançar todos os outros corredores, com todas as dificuldades vindas dos sectores mais conservadores. Mas está-se a avançar. Agora vai ser anunciada a construção do corredor periférico, tanto do lado da Ameixoeira como do lado de Carnide. Está tudo planeado e a construção poderá começar em breve. Temos ainda projectos para a zona central de Chelas. Essa tem grandes dificuldades porque a urbanização do vale de Chelas não é brilhante, antes pelo contrário, tem aspectos muito negativos que têm de ser contrabalançados.

Estou também muito empenhado em remodelar o estudo da Alta de Lisboa, pois o que existe vai destruir valores como seja o percurso das aldeias históricas que vai desde Carnide à Charneca, passando pelo Paço do Lumiar e pela Ameixoeira. Tudo isto está comprometido pela Alta de Lisboa porque possivelmente as pessoas que fizeram o plano não sabiam da existência dos valores que ali estavam. São planos elaborados por muitas pessoas, muito técnicos, alguns deles de prestígio internacional, mas que surtem como devastadores de todo este património.

E com a benção da Câmara de Lisboa?

Quem tem mais culpa nas autarquias é muitas vezes quem informa. São os técnicos que informam os políticos. Isto porque também há os políticos que mandam nos técnicos. Temos sempre que ver as coisas dos dois lados.

E há ainda a Lei, que muitas vezes é esquecida, como aconteceu com o projecto para o Abano, no Parque Natural de Sintra-Cascais...

Hoje nos jornais vem uma notícia muito interessante. Um parecer dos tribunais que pode travar muita coisa. Tenho esperança que aquele projecto não vá para a frente. Veja o que se passa com a quinta de São Sebastião, em Lisboa. Querem meter na quinta uma banda com cinco andares. E depois fazem-se aquelas contas mirabolantes dos índices e cabe sempre.

não lhes interessa a sustentabilidade dos taludes, isso não interessa porque não dá dinheiro.

É um compromisso que os construtores de auto-estradas e estradas não querem ter.

E como é que a arquitectura paisagista pode intervir?

A arquitectura paisagista criou tão bom nome que agora pululam os cursos de arquitectura paisagista. Corremos o risco de confundir arquitectura paisagista com decoração. Faz-se a asneira e depois decora-se.

A arquitectura da paisagem trata do espaço exterior em relação ao homem. E trata do ordenamento e da concepção estética desse espaço exterior. O arquitecto paisa-



Para Gonçalo Ribeiro Telles, se o poder político e as autarquias não alterarem a sua visão das cidades, caminhamos para o terceiro mundo.

Como é que vê o Programa Polis?

Não vejo como é que se enquadra numa visão moderna de território e de paisagem um programa como o Polis à imagem e semelhança da Expo 98. Nós não vamos fazer pequenas Expo 98 pelo país. Como é que se apoia estes projectos sem existir uma ideia global do que se quer para o país?

Dentro em pouco vamos ter um corredor construído de grande edificabilidade que vai de Braga a Setúbal, pelo litoral. Exactamente no mesmo local onde existem as melhores terras de cultura, o que seria magnífico para criar um grande corredor metropolitano com todas as qualidades necessárias. Mas o que se está a fazer ao longo deste corredor de edificabilidade caótica evidentemente que é um desastre total.

Sem espaços para as hortas tão defendidas pelo senhor arquitecto?

Isso é um problema que já é internacional principalmente para os países em situação de subdesenvolvimento. A própria ONU, no programa Habitat II, considera que o problema das grandes cidades do século XXI está ligado à agricultura urbana porque não é possível alimentar cidades com 40 milhões de habitantes com produtos frágeis como as vitaminas, e sem os legumes, as frutas e o leite à porta. Como é que cidades gigantescas, por exemplo, a cidade do México, podem ser alimentadas com produtos de qualidade se não tiverem na sua periferia essa produção?

E Portugal está a perder essa capacidade?

Estamos a perder e estragar. A ONU tem determinações e comissões a trabalhar em diversos países só em cima deste problema. Não chegaram a Portugal porque estão no México, no Brasil, na Ásia, em locais onde o problema é mais agudo. Mas a mensagem é: se não se produzir na cidade aquilo que é consumido em termos de produtos frescos, cai-se no caos total. Nós temos a vantagem de ter um corredor com maior pressão urbana exactamente sobre a área mais rica para a agricultura. Por isso é só uma questão de planeamento.

E os PDM's não pensam nisso?

Alguns pensam. Mas os PDM's são puzzles. O grande defeito do urbanismo que se faz em Portugal e de muitos PDM's é constituírem um puzzle. Não tratam o urbanismo nem o planeamento do território por sistemas. A ideia de que o planeamento deve ser feito por zonas está ultrapassado. Hoje o planeamento tem de ser feito por sistemas que funcionam em campos contínuos. Não se pode fazer a conservação da natureza exclusivamente num rede de oásis.

Nem se pode pensar em actividades económicas sem sistemas. Por exemplo, 30 por cento das pessoas que fazem agricultura na Europa não são agricultores. Porquê? Porque a distância diminuiu, a comunicação é mais fácil e as pessoas têm um campo de intervenção mais vasto. Vivem nas cidades e mantêm as suas produções nos arredores. Isso é o futuro. Esta tecnologia moderna exige um novo urbanismo. Cá ainda estamos longe. Estes 30 por cento que na França ou na Alemanha se dedicam paralelamente à agricultura integram-se na economia local. Cá não, compram um monte alentejano

mas não se integram no Alentejo. Fazem uma piscina à moda do Estoril, um relvado ridículo no Alentejo e ficam à margem da população.

O Alentejo não se desenvolveu nada com esta moda dos montes?

Antes pelo contrário. Aliás os montes estão a ser abandonados. E sabe porquê? Porque como estão divorciados da população local são roubados continuamente. As pessoas da terra não se sentem na obrigação de zelar pelos bens de quem não lhes liga. E não protegem aquelas casas como fazem com as dos vizinhos. Ao passo que na Europa isso não acontece. As pessoas vão para o campo e não transportam com eles a vida e os hábitos urbanos. Integram-se.

Como é que vê o futuro?

Estamos num encruzilhada de desenvolvimento do território muito grave. Por mais que façam Expo 98, por mais que façam Polis, se não tratarem do território como uma globalidade do interesse nacional como diz a Constituição e como diz a Lei de Bases do Ambiente, evidentemente que isto caminha rapidamente para o Terceiro Mundo. <—



Quinagre

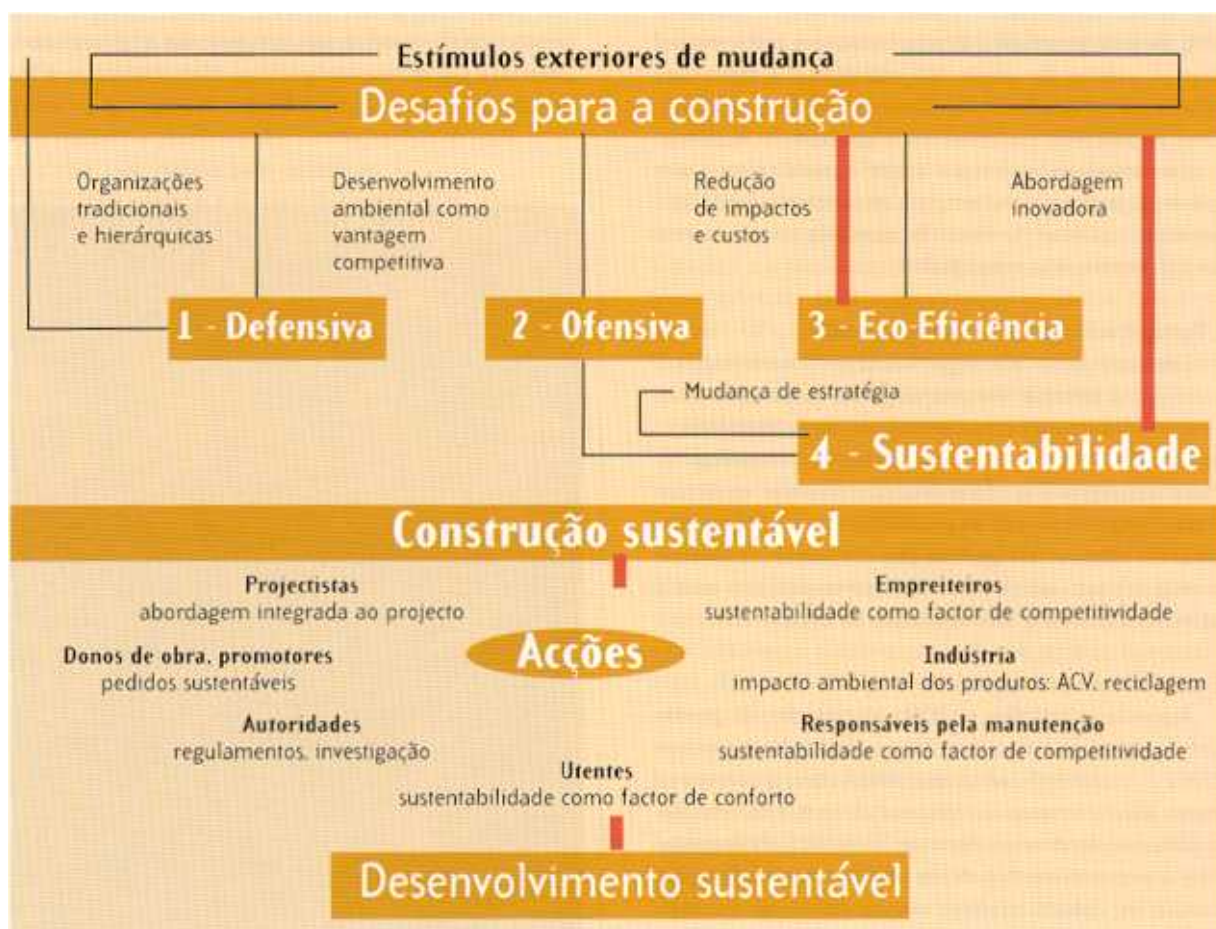
Na recuperação do Património

tel.: 21 793 61 16

Agenda 21

sobre Construção Sustentável

O desenvolvimento sustentável foi definido no relatório Brundtland, em 1987, como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações".



A busca do desenvolvimento sustentável põe em foco a indústria da construção. Este sector da sociedade tem uma tão grande e vital importância que a maior parte das outras áreas industriais quase se apagam. O grande desafio é fornecer habitação adequada e a necessária infraestrutura de transportes, comunicações, abastecimento de água e saneamento, energia, actividades comerciais e industriais para responder às necessidades de uma população mundial em crescimento. A Agenda Habitat II põe em evidência que é a indústria da construção aquela que mais con-

tribui para o desenvolvimento sócio-económico, na maior parte dos países.

A indústria da construção tem, no entanto, um enorme impacto sobre o ambiente e o património natural, quer durante o processo construtivo, quer através da utilização do seu produto, ou seja, os edifícios. A construção de novos edifícios e infraestruturas ocupa o solo e a paisagem, consome matérias primas e energia e produz resíduos, tudo em grandes quantidades. A utilização desses edifícios envolve novos impactos ambientais, sobretudo em termos

de consumo energético. Na U.E., os edifícios são responsáveis por 40% do consumo de energia e o sector da construção é responsável pela produção de, aproximadamente, 40% de todos os resíduos sólidos produzidos pelos humanos. O sector da construção é o maior sector industrial da União, contribuindo com aproximadamente 11% para o PNB e envolvendo, directa ou indirectamente, mais de 25 milhões de pessoas.

O CIB - International Council for Research and Innovation in Building and Construction - como organização internacional líder para a cooperação na investigação na construção, cedo reconheceu a importância das preocupações com o ambiente e do empenho em todas as suas multifacetadas actividades.

Em 1995 foi decidido dar um passo definitivo e fazer da Construção Sustentável o ponto focal dos três anos até ao Congresso Mundial da Construção, em 1998, em Gävle, Suécia. O tema estabelecido para o congresso foi a Construção e o Ambiente. Logo desde o início a ambição era fazer do Congresso um vector importante do processo, como uma forma de introduzir e reforçar o tema em todas as actividades do CIB e, também, ser o ponto de partida para o objectivo seguinte - uma colaboração global para atingir um futuro sustentável no sector da construção. A necessidade de uma Agenda, internacionalmente aceite, sobre Construção Sustentável para ajudar a orientar o trabalho de implementação dos princípios da sustentabilidade no sector da construção, tinha amadurecido depressa, e ao Congresso Mundial do CIB de 1998 foi atribuído um papel chave neste processo.

A Agenda 21 sobre Construção Sustentável pretende ser um intermediário global entre as Agendas gerais existentes, isto é, o Relatório Brundtland e a Agenda Habitat, e as necessárias agendas nacionais ou regionais para o ambiente construído e o sector da construção, já existentes ou ainda em desenvolvimento. Deve ser um quadro conceptual que defina as articulações entre o conceito global de desenvolvimento sustentável e o sector da construção e permita a comparação e coordenação com outras agendas a um nível local ou sub-sectorial e a definição detalhada das medidas de resposta adequadas ao contexto local.

Os três principais objectivos desta Agenda 21 para a Construção Sustentável são:

- Criar um quadro global e uma terminologia que potencie todas as agendas nacionais, regionais e sub-sectoriais
- Criar uma Agenda para as actividades do CIB neste campo, e para coordenar o CIB com as organizações especializadas suas associadas

- Disponibilizar um documento de referência para a definição das actividades de I&D.

Conceitos da Construção Sustentável

A Construção Sustentável adopta diferentes abordagens e é objecto de prioridades diferentes nos vários países. Não surpreende que haja pontos de vista e interpretações amplamente divergentes entre países, com marcadas diferenças entre as economias de mercado, as economias em transição e os países em desenvolvimento. As economias maduras estão em posição de ser capazes de votar uma maior atenção à criação de um edificado mais sustentável através do seu aperfeiçoamento, de novos desenvolvimentos ou pela criação e uso de novas tecnologias enquanto,



Somos uma equipa jovem,
que trabalha com qualidade
na reabilitação e recuperação
de edifícios e património
arquitectónico

tudo fazemos para manter
a qualidade

miu gabinete técnico de engenharia, lda.
empresário de obras públicas e particulares
Rua do Vale de Stº. António, 46, 2º Dto., 1170-381 LISBOA
Telefones 218126144/45 - 218144773 - 218151827 - Fax 218144832
E-mail: miu_lda@mail.telepac.pt

também naturalmente (e desejavelmente) as economias em desenvolvimento põem a ênfase mais na igualdade social e na sustentabilidade económica.

O entendimento ou interpretação da sustentabilidade na construção mudou, igualmente, ao longo dos anos. No princípio, a ênfase estava em como lidar com a questão da escassez dos recursos, em particular de energia, e como reduzir os impactos no ambiente natural. Uma década atrás, a ênfase passou a ser também posta em questões mais técnicas da construção, como materiais, componentes dos edifícios, tecnologias da construção e concepções de projecto relacionadas com a energia. Hoje, aumenta a valorização do significado de questões não técnicas, considerando-se que estas questões ditas "soft" são, pelo menos, igualmente cruciais para o desenvolvimento sustentável na construção. A sustentabilidade económica e social deve ter tratamento explícito em qualquer definição. Mais recentemente as questões culturais e as implicações para o património cultural começaram a ser olhadas como aspectos proeminentes da construção sustentável.

Questões e desafios da Construção Sustentável

A construção sustentável é vista como o modo da indústria da construção responder no sentido de conseguir o desenvolvimento sustentável nas vertentes ambiental, sócio-económica e cultural. Apresentam-se, a seguir, as principais questões e desafios que se pormenorizam nesta Agenda.

A Gestão e a Organização são aspectos-chave da construção sustentável, que devem envolver não só questões técnicas, mas também, sociais, legais, económicas e políticas. É, por conseguinte, uma matéria muito complexa e difícil de abordar, devido à amplitude das suas inter-relações e a uma importante questão do sector da construção, que é o número considerável de actores envolvidos nos processos e actividades, desde a fase de desenvolvimento até à desconstrução ou demolição passando pela fase de utilização de cada componente do ambiente construído.

As barreiras ao progresso são grandes e os desafios a encarar têm a ver com vários aspectos diferentes, como o projecto, a qualidade ambiental da construção, a re-engenharia do processo construtivo, o desenvolvimento de novas concepções de edifícios, os recursos humanos, os processos de decisão, as solicitações dos donos de obra e dos clientes, a formação, a consciência pública, normas e regulamentos, ou a investigação.

As questões dos Produtos e dos Edifícios têm a ver com o modo de otimizar as características dos produtos e dos edifícios a fim de melhorar a sustentabilidade do seu desempenho tendo em conta factores da envolvente, como

o clima, cultura, tradições da construção e estado de desenvolvimento industrial. Os métodos de avaliação do desempenho ambiental dos edifícios conduzirão a uma melhor avaliação dos resultados finais das obras se se aumentar o número de parâmetros e se explorarem indicadores adequados. No que se refere ao fabrico de produtos, as questões importantes são a redução dos materiais e da energia incorporados, a redução das emissões durante o uso e o aumento da sua reparabilidade e reciclabilidade. Por outro lado, a Qualidade do Ambiente Interior deverá ser melhorada com vista a obter condições de trabalho saudáveis e produtivas dentro dos edifícios.

O Consumo de Recursos coloca, obviamente, um importante desafio ao sector da construção. As medidas de economia de energia, os extensos programas de reabilitação e as necessidades de transporte constituem desafios fortes, ligados ao consumo de energia. A redução do consumo de recursos minerais e a conservação da função do ambiente como suporte da vida exigem o uso de materiais renováveis ou reciclados, a pertinente selecção dos materiais e a previsão da sua vida útil. É necessário desenvolver a gestão da água nos edifícios. Em vários países a gestão dos solos é afectada pela construção. São questões relacionadas com a escolha dos locais de construção e o uso dos solos, a longevidade dos novos edifícios e o uso do solo para a produção de materiais de construção.

Os impactos da construção no desenvolvimento urbano sustentável são de fundamental importância, na medida em que a contínua urbanização reforça a importância da criação de um ambiente construído que seja sustentável para as gerações futuras. O ambiente construído constitui um dos principais suportes do desenvolvimento económico e bem-estar social. A infraestrutura, os edifícios e as redes são grandes recursos, usados pelas nações, comunidades e empresas. Existem questões importantes ligadas à qualidade do ambiente, qualidade de vida, qualidade da habitação e aspectos da governação, sendo o crescimento urbano e a gestão dos resíduos dois dos principais aspectos transversais. A sustentabilidade dos aglomerados populacionais em países em desenvolvimento levanta questões específicas adicionais.

Além dos resíduos, apresentam-se na Agenda diversas outras sobrecargas ambientais da indústria da construção, ligadas à produção, operação e desactivação de edifícios e estaleiros.

Finalmente, discutem-se sumariamente as questões sociais, culturais e económicas. Embora até aqui muito menos desenvolvidas em termos documentais, foram, no entanto, especificamente equacionadas na Agenda Habitat II, que acentua o facto da indústria da construção ser um grande contribuinte para o desenvolvimento sócio-económico em

todos os países. Uma construção sustentável pode ser vista como dando um contributo à redução da pobreza, criando um ambiente de trabalho saudável e seguro, distribuindo equitativamente os custos e benefícios da construção, facilitando a criação de emprego, desenvolvendo os recursos humanos, beneficiando e suportando financeiramente a comunidade.

Desafios e Acções Resultantes

Como se afirmou anteriormente, as estratégias bem sucedidas de avanço para a construção sustentável terão de ser mais ou menos compatíveis com o clima, a cultura, as tradições da construção, o estágio de desenvolvimento industrial e a natureza do edificado. Contudo, esta secção sobre Desafios e Acções Resultantes, reúne um espectro de

iniciativas que podem ser lançadas, sem perder de vista que a composição e a importância relativa num ou noutro caso dependerá das condições locais e terá de ser detalhada em Agendas locais.

A regulação, o preço da energia, os mecanismos de activação e suporte, os incentivos e demonstrações, as medidas para mudar a procura do mercado, os temas de investigação, são alguns dos pontos apresentados. Discutem-se, também, diferentes estratégias de pormenor.

Os desafios específicos colocados nos anteriores capítulos foram formulados de modo a orientá-los para as várias famílias de interessados no sector da construção, listando-se alguns desafios técnicos e de I&D.

Em conclusão, catalogam-se num Anexo as actividades do CIB, em curso e planeadas, no âmbito da Construção Sustentável.



Crepe de Cal Doce e Cal 500

Com o Crepe de Cal podem-se criar estruturas, argamassas de composição, rebocos e pinturas para pintar, rebocos de todo tipo de efeito, e tudo quanto possa ser submetido ao seguro processo aéreo de carbonatação.



Cocciopesto, Calcilite e Medolago

Os rebocos e argamassas Medolago adquirem as seguintes características de transpirabilidade, incombustibilidade, flexibilidade, adesividade, naturalidade, duração e beleza. A argamassa de cal Medolago é a única composta de cal hidráulica natural, autêntica e genuína.



Albazana

A composição desta argamassa confere à mesma, especiais características de transpirabilidade, elasticidade, adesão e duração no tempo. A sua delicada tonalidade pode por vezes variar, e talvez por isso seja apreciada e procurada em obras de restauração de janelas, telhas, dos painéis murais destinados a permanecer à vista.



Cipro Silicato, Cipro acabamento mineral, Crepe VIP 500, Tinta de Cal

A fundamental importância das tradicionais intervenções das cores encontradas nos Centros Históricos das mais importantes cidades criaram a gama cromática seleccionada que hoje propomos.



um novo nome para uma tradição antiga

A Cal, os Rebocos e o Acabamento

De uma análise histórica atenta, e de uma profunda investigação sobre documentos de arquivo, a CEPRO pôde realizar, quer no plano compositivo quer no plano estético, uma gama de produtos formulados com receitas originais do Renascimento.

A Linha 500 pretende ser uma fiel proposta dos materiais do passado, para os quais o tempo foi um

testemunho rigoroso da inconfutável confiança, e insubstituível expressão artística.

Os arquitectos e projectistas, restauradores, os empresários e aplicadores encontrarão na **Linha 500**, uma série de materiais originais que permitirão a proposta de soluções de qualificação renovada de comprovado êxito estético.



Tecnologia do betão para o desenvolvimento su

Estima-se que a indústria do betão consuma, actualmente, cerca de 8 mil milhões de toneladas de agregados naturais por ano. O fabrico de cimento portland, o ligante mais comum dos actuais betões, exige também grandes quantidades de materiais naturais.

Por: Kumar Mehta ⁽²⁾

Cerca de 7 % das emissões mundiais de dióxido de carbono são atribuíveis à indústria do cimento portland [1]. Nos termos do recentemente concluído Protocolo de Quioto da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações do Clima, muitos países aceitaram compromissos, com efeitos jurídicos, de reduzir as taxas de emissão de gases que contribuem para o aquecimento global até ao ano de 2010.

Para fazer avançar o objectivo do desenvolvimento sustentável⁽³⁾, torna-se, obviamente, necessário conseguir um sábio equilíbrio entre duas necessidades da sociedade, de importância idêntica: as infraestruturas de suporte de padrões de vida aceitáveis para a maioria dos habitantes do planeta, e a protecção do nosso ambiente. Sendo o mais importante parceiro no desenvolvimento das infraestruturas e um grande consumidor de recursos naturais esgotáveis, a indústria do betão tem a obrigação de incorporar tecnologias sensatas do ponto de vista ambiental.

Neste artigo identificam-se três elementos essenciais, inter-relacionados e interdependentes, para lançar os fundamentos sobre os quais pode ser construída a estrutura de uma indústria do betão amiga do ambiente: conservação⁽⁴⁾ dos materiais utilizados no fabrico do betão, melhoria da durabilidade das estruturas do betão e a passagem de uma abordagem reducionista para uma abordagem holística no ensino e na investigação da tecnologia do betão.

Equacionando o problema

De acordo com Gordon Sampat, no relatório de 1999 do World Watch Institute, um observador extraterrestre poderia, com lógica, concluir que a conversão de matérias primas em detritos é a verdadeira finalidade da actividade humana no planeta Terra.

A julgar pelo elevado número de projectos de infraestruturas em execução na Europa Ocidental, América do Norte e Japão, é óbvio que o mundo industrialmente desenvolvido não está a reduzir o uso dos limitados recursos naturais da terra. Ao mesmo tempo, o mundo menos desenvolvido acelerou grandemente o ritmo de industrialização, na busca de uma vida melhor para as massas empobrecidas. Será, obviamente, inevitável um desastre ambiental global, a menos que quer o mundo industrialmente rico, quer o industrialmente pobre, assumam

em partes iguais a responsabilidade de encontrar e adoptar tecnologias para o desenvolvimento sustentável.

Tecnologia do betão para o desenvolvimento sustentável

Identificados os três elementos necessários para suportar uma tecnologia do betão para o desenvolvimento sustentável e amiga do ambiente, analisemos, agora, os referidos elementos.

Conservação dos materiais para o fabrico do betão

Um primeiro passo para o objectivo do desenvolvimento sustentável para as indústrias do cimento e do betão é a utilização integral dos subprodutos cimentícios e pozolânicos das centrais eléctricas e da indústria metalúrgica.

De acordo com Manz [3], foram produzidas, em 1992, 500 milhões de toneladas de cinzas de carvão em todo o mundo, tendo sido usadas como pozolana pela indústria do cimento e do betão apenas 32 milhões de toneladas, o que representa, aproximadamente, 7 % do total disponível. A produção anual actual de cinzas de carvão é estimada em 650 milhões de toneladas, das quais, pelo menos, 70%, ou 450 milhões de toneladas, são cinzas volantes ou muito finas, geralmente adequadas ao uso como pozolanas.

Em artigo anterior [2], o autor demonstra que se se conseguir encontrar maneira de usar a maior parte das cinzas de carvão e, também, escórias de alto forno, seja sob a forma de cimento portland composto, seja como aditivos minerais do betão, será possível satisfazer a procura de cimento no ano 2005, sem nenhum aumento da actual capacidade de produção de clínquer de cimento portland. Poder-se-á assegurar, desta forma, o desenvolvimento sustentável das indústrias do betão e do cimento.

Considerando os benefícios ecológicos adicionais a seguir descritos, dificilmente se poderá imaginar uma melhor solução para o problema.

Cerca de 90 % das cinzas de carvão e escórias metalúrgicas hoje produzidas acabam em aplicações de baixo valor, como aterros e bases de estradas ou são simplesmente depositadas por espalhamento ou amontoamento. Este modo de depósito é não só um desperdício mas, também, um perigo para a saúde humana, dado o contributo destes materiais para a con-

stentável⁽¹⁾

taminação do solo, do ar e dos aquíferos. Estes subprodutos contêm geralmente metais tóxicos. A indústria do betão constitui um veículo preferencial para o seu uso/depósito, porque os metais mais perigosos podem ser imobilizados e incorporados com segurança nos produtos de hidratação do cimento. De facto, devido à sua grande dimensão, a indústria do betão é provavelmente o destino ideal de depósito seguro e económico para milhões de toneladas de subprodutos. Ensaio de lixiviação [4] permitiram concluir que para elementos de betão de grandes dimensões, com pequenas relações superfície/volume, este efeito será insignificante.

Dadas as enormes vantagens duma substituição em grande escala do cimento por pozolanas e subprodutos cimentícios, será realmente possível acelerar o seu uso nas indústrias de cimento e betão, como aqui se defende? Num anterior artigo [2], o autor analisava em pormenor os grandes obstáculos que impedem elevadas taxas de utilização de subprodutos industriais no betão, apresentava sugestões para ultrapassar esses obstáculos e exemplos da utilização de grandes volumes de cinzas volantes. Conhecem-se aplicações em obra de betão estrutural de elevada qualidade com até 60% [1,5], e mesmo 80% [6] de substituição do cimento por cinzas volantes das classes F e C da ASTM.

Aumento de durabilidade das estruturas de betão

É um facto conhecido que as principais causas da deterioração das estruturas de betão armado são a corrosão do aço das armaduras, a exposição aos ciclos de gelo e degelo, à reacção alcali-silica e ao ataque dos sulfatos. A partir de uma passagem em revista de exemplos de degradação do betão, o autor [7] desenvolveu uma abordagem holística, englobando as grandes causas de deterioração do betão. Esta abordagem baseia-se na experiência de obra, que mostra que, em qualquer destas quatro causas de deterioração do betão, a existência de uma elevado grau de saturação de água é um pré-requisito do mecanismo responsável pela expansão e fissuração do betão. Comparativamente a outras propriedades, a integridade e a solidez do betão, isto é, a ausência de fissuração, está intimamente relacionada com a durabilidade. Um relatório exaustivo [8] mostrou que a prática moderna da construção em betão não dá a devida atenção às duas principais causas da fissuração precoce, nomeadamente, a contracção térmica e a retracção de secagem.

Procurando responder à necessidade de uma construção rápida, as composições do betão tendem hoje a incluir uma percentagem elevada de cimento normal ou de elevada resistência inicial. A extensibilidade ou resistência à fissuração destes betões é baixa devido, por um lado, ao aumento da retracção de secagem, da retracção térmica e do módulo de elasticidade e, por outro lado, à redução do coeficiente de fluência. É por esta razão que as composições dos betões de

arq ueo hoje



ARQUEOHOJE

Conservação e Restauro
de Património Monumental, Lda.



5 Anos a dar Futuro ao Passado

Parque Industrial de Coimbrões, Edifício Expobeiras,
Área BIC • 3500-618 VISEU
Telef. 232 470 200 • Fax 232 470 201
Telem. 96 9091629 • Telem. 96 6642567
e-mail: arqueohoje@clix.pt



Figura 1

elevada resistência inicial são mais vulneráveis à fissuração que as composições dos betões de resistências moderadas ou baixas. Tradicionalmente, a fissuração estrutural é controlada através do uso de armaduras suficientes mas a substituição de umas quantas grandes fissuras por numerosas micro-fissuras invisíveis ou difíceis de medir não é uma boa solução para os

problemas da durabilidade do betão.

Em resumo, de acordo com a abordagem holística da deterioração do betão, um betão bem proporcionado e devidamente compactado e curado manter-se-á estanque, enquanto os poros e as fissuras presentes no seu interior não formarem uma rede de caminhos conduzindo à superfície. As acções estruturais, bem como os efeitos ambientais, tais como a exposição a ciclos de aquecimento e arrefecimento, e molhagem e secagem, facilitam a propagação das micro-fissuras que normalmente existem na zona de transição entre a arga massa de cimento e o inerte grosso do betão. Isto acontece durante a primeira fase da interacção estrutura/ambiente. Uma vez perdida a estanquidade do betão, ele pode tornar-se saturado, e os iões prejudiciais podem penetrar no seu interior. Esta ocorrência marca o início da segunda fase da interacção estrutura/ambiente, durante a qual a deterioração do betão se dá através de sucessivos ciclos de expansão, fissuração, perda de massa e aumento da permeabilidade.

Quando a fissuração térmica e a durabilidade são questões fundamentais, mostra a experiência que a solução mais económica é a substituição da parte do cimento portland por cinzas volantes ou escórias respeitando, ao mesmo tempo, os requisitos de presa e endurecimento da obra sob determinadas condições ambientais.

Abordagem holística da investigação e educação na tecnologia do betão

A abordagem reducionista que tem prevalecido é hoje responsável por muitas práticas dispendiosas no âmbito da tecnologia do betão. Em resultado, as especificações e métodos de ensaio para a durabilidade do betão não têm conseguido ter em conta que a durabilidade não é uma propriedade intrínseca, dependente apenas dos ingredientes do betão e das proporções da mistura; é, antes, um critério de desempenho holístico (respeitante ao conjunto da estrutura), que é determinado por vários outros factores, incluindo as condições de exposição ao ambiente, o projecto estrutural e a tecnologia de processamento do betão.

Obviamente, para desenvolver uma tecnologia do betão holística o processo tem de começar nas universidades. Ora, um levantamento das escolas de engenharia civil feito em 1995 na América do Norte, mostrou que menos de metade das instituições participantes no inquérito que responderam ofereciam um curso opcional, semestral, de tecnologia do betão. Quase nenhuns dos cursos eram oferecidos ao nível da pós-graduação e só alguns estudantes participavam em investigação experimental sobre betão. O ensino da tecnologia do betão precisa,

obviamente, de uma completa reestruturação antes de ser capaz de responder às necessidades prementes da sociedade.

A fig. 1 mostra um modelo simplificado da evolução da tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Os três círculos, apenas com uma pequena sobreposição entre eles, representam o estado da arte. Só haverá um crescimento significativo da área ocupada pela TDS (tecnologia para o desenvolvimento sustentável) quando houver uma considerável sobreposição entre os círculos.

Conclusão

Não devemos esperar que sejam os desastres ambientais a ensinarem-nos como chegar ao desenvolvimento sustentável. Devemos, pelo contrário, ser capazes de visualizar e reformular a nossa vida neste planeta, de uma forma que permita um bem-estar duradouro, em vez de pôr em risco a sobrevivência das futuras gerações. Um novo século e um novo milénio estão iminentes. É a altura apropriada para ter em conta as necessidades futuras da sociedade e o modo como elas podem afectar a indústria do betão. Entre as forças que moldam o mundo de amanhã estão um crescimento da população sem precedentes, uma crescente industrialização e urbanização e ameaças de uma poluição descontrolada do ambiente. Em resumo, o desenvolvimento sustentável emergiu como a principal questão para o próximo século.

Sendo a indústria do betão o parceiro mais importante na resposta às necessidades infraestruturais da sociedade e o maior consumidor de recursos naturais, o processo do desenvolvimento sustentável poderá começar pela adopção de tecnologias que permitam conservar os materiais, de métodos de melhoria da durabilidade das estruturas e da prossecução de uma investigação e de um ensino holísticos da tecnologia do betão.

Traduzido e adaptado por V. Cósias e Silva a partir do texto de P. Kumar Mehta "Concrete Technology for Sustainable Development" publicado na revista Concrete International, Novembro de 1999, págs. 47-53.

P. Kumar Mehta é professor jubilado de engenharia civil na Universidade da Califórnia, Berkeley, recentemente reformado após 30 anos de Faculdade. É membro conselheiro do ACI (American Concrete Institute) e autor de numerosos artigos sobre as propriedades do betão e materiais de construção cimentícios.

Definido na Cimeira da Terra de 1982, no Rio de Janeiro, como a actividade económica em harmonia com o ecossistema terrestre.

O termo "conservação" é aqui utilizado no sentido do termo inglês "conservation", isto é, preservação, poupança.

BIBLIOGRAFIA:

1. MALHOTRA V.M., "Making Concrete Greener with Fly Ash," *Concrete International*, V. 21, No. 5, May 1999, pp. 61-66.
2. MEHTA P.K., "Role of pozzolanic and Cementitious Materials in Sustainable Development of the Concrete Industry," *Fly Ash, Slag, Silica Fume and Other Natural Pozzolans*, SP-178, V.M. Malhotra, ed., American Concrete Institute, Farmington Hills, Mich., 1998, pp. 1-20.
3. HANZ, Q. E., "Worldwide Production of Coal Ash and Utilization in Concrete and Other Products," *Fuel*, V. 76, No. 8, 1997, pp. 691-696.
4. SCHISSLER, P. AND HÖHBERG, J., "Environmental Compatibility of Cement-Based Building Materials," *Proceedings of the Mario Collepardi Symposium on Advances in Concrete Technology*, 1997, pp. 27-48.
5. LANGLEY, W. S., and LEARMAN, G. H., "Practical Uses of High Volume Fly Ash in Concrete Utilizing a Low Calcium Fly Ash," *Fly Ash, Slag, Silica Fume and Other Natural Pozzolans*, SP-178, V.M. Malhotra, ed., American Concrete Institute, Farmington Hills, Mich., 1998, pp. 545-574.
6. MEHTA P.K., "Advancements in Concrete Technology," *Concrete International*, V. 21, No. 6, June 1999, pp. 69-76.
7. MEHTA, P.K., "Durability - Critical Issues for the Future," *Concrete International*, V. 19, No. 7, July 1997, pp. 69-76.
8. BURROWS, R. W., "The Visible and Invisible Cracking of Concrete," Monograph No. 11, American Concrete Institute, Farmington Hills, Mich., 1999, 78 pp.

Liga para a protecção da Natureza

Por: Rosa Amaral

Foram as palavras de um poeta que estiveram na origem da primeira Organização Não Governamental portuguesa, a Liga para a Protecção da Natureza. Estávamos então em 1948 quando o poeta Sebastião da Gama levantou a voz contra a destruição das matas da Arrábida. A preocupação sobre a conservação da natureza começava a inquietar alguns espíritos mais abertos, já desde os finais dos anos 30. Mas foi por ocasião da I Reunião Botânica Peninsular, realizada no Gerês em 1948, que os professores Carlos Teixeira, Carlos Tavares, Hercúlio Vilela, António Pinto da Silva, Mário Myre, Miguel Neves e Carlos Baeta Neves deram voz ao grito do poeta e fundaram a Liga para a Protecção da Natureza.

"Num país conhecido por andar sempre atrasado em relação aos outros, a criação da LPN é de um pioneirismo exemplar", diz Helena Freitas, Presidente da Liga, a primeira mulher em 52 anos a ocupar o cargo. Para Helena Freitas, a história da Liga fala por si. Das muitas lutas que travou, a LPN esteve envolvida na criação do Parque Nacional da Serra da

Arrábida, do Parque Nacional da Peneda-Gerês, na Reserva Natural do Estuário do Sado e da Serra da Malcata e Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Embora esta associação, pelas suas características, seja menos mediática que muitas outras, a Liga para a Protecção da Natureza é hoje em dia uma das ONG's portuguesas com mais prestígio no panorama nacional. A história dos 52 anos da Liga é feita de batalhas, umas ganhas outras não.

Mas poucas associações como a LPN podem orgulhar-se de neste meio século de vida terem feito ouvir a sua voz sempre que o homem destruiu a natureza e o ambiente.

Além da Serra da Arrábida, cuja crescente destruição foi a pedra de toque para a criação da Liga e que passou pela criação do Parque Natural, a luta da LPN estendeu-se ao longo de todo o país. Uma das campanhas mais faladas aconteceu em 1979: a preservação da Serra e do lince da Malcata. Uma luta que atravessou fronteiras e que uma vez mais veio terminar com o nascimento de uma legislação que criou a Reserva Natural da Serra da Malcata. Mas a actividade da Liga não contabiliza apenas grandes sucessos. Ao longo dos anos, a LPN tem apostado na formação e na sensibilização das populações, um trabalho quase invisível mas que está a começar a dar os seus frutos.

Actualmente, um dos projectos mais importantes da LPN no âmbito da conservação da natureza é o Centro de Educação

Ambiental de Castro Verde. Criado em 1993, este projecto tem sido desenvolvido com o apoio de financiamento comunitários e visa não somente a conservação das aves das estepes cerealíferas, como a Abetarda, o Peneireiro-das-torres, o Grou, o Sisão, o Cortiço de barriga negra ou o Tartanhão-caçador como, também, procura mostrar as alternativas que existem para uma zona cada vez mais desertificada e esquecida do Baixo Alentejo.

No âmbito deste projecto a Liga adquiriu cerca de 1800 hectares de terreno e tem vindo a desenvolver uma série de actividades com o apoio da Câmara Municipal de Castro Verde. Uma das principais preocupações da LPN é que este projecto possa ajudar os agricultores da região não só a defender a natureza como, também, a racionalizar os recursos disponíveis, como a água ou a utilização de energias renováveis. Daí o carácter pedagógico do projecto com o envolvimento das populações locais, principalmente as escolas através da promoção de programas de formação e animação. Para Helena Freitas, este projecto de Castro Verde é um bom exemplo daquilo que deve ser feito a nível de protecção do ambiente. Por outro lado, a existência de um cada vez maior número de visitantes fazem prever o sucesso do ecoturismo naquela região. Na Herdade do Gonçalinho, onde está situado o edifício-sede do Centro de Estudo Ambiental, os visitantes podem não só observar a fauna e a flora local através de percursos ambientais eventualmente acompanhados por monitores especializados, como ainda podem ter acesso a um centro de documentação ambiental, exposições e palestras.

Uma outra motivação da LPN é a conclusão das obras da sua sede em Lisboa e a criação do Centro de Formação Ambiental. Oferecida à Liga em 1976 pela família Freire de Andrade, a sede do LPN sofreu no último ano profundas obras de remodelação apoiadas pelo Programa Ambiente e co-financiadas pelo FEDER cujo custo total orçou em cerca de 110 mil contos, tendo contado ainda com uma comparticipação financeira de sócios e amigos da Liga para a Protecção da Natureza. Em relação ao futuro, Helena Freitas mostra-se optimista apesar de considerar urgente que o poder político decida de uma vez por todas quais as prioridades para o desenvolvimento de Portugal. A Presidente da LPN acredita que o primeiro passo está dado e que já todos entenderam que é necessário mudar o curso do desenvolvimento da terra e equilibrar a dicotomia desenvolvimento-conservação. Agora resta saber como e qual o modelo que Portugal vai adoptar. "Espero que os políticos sejam mais intimidados pela sociedade civil", diz.





Novos sites sobre património

Por: Nuno Gil¹

U

ma pesquisa no Yahoo.com com as palavras chave "world heritage" conduziu-me aos dois sites que são tema desta coluna: o site do World Heritage Cities of Spain (cidades-património mundial da Espanha) e o site do National Trust Britânico.

World Heritage Cities of Spain

(<http://www.cyberspain.com/ciudadespatrimonio/ihome.htm>):

Este é um site basicamente informativo e promocional sobre as cidades espanholas classificadas como património mundial pela lista da Unesco, a saber: Ávila, Cáceres, Córdoba, Cuenca, Salamanca, Santiago de Compostela, Segovia, e Toledo. O site está estruturado de uma forma eficaz e eficiente tendo em conta o público alvo que o site parece querer servir: supostamente cidadãos do mundo à procura de informação genérica sobre o património edificado espanhol. Imagino que estes cidadãos procurarão esta informação pelos mais varia-

dos motivos, tais como preencher o seu tempo de lazer, a procura de um destino turístico interessante na perspectiva patrimonial, ou desejo de aquisição de conhecimentos sobre Espanha. O site é eficaz no sentido em que é fácil encontrá-lo na vastidão do espaço cibernético, e a informação aparece rápida, de uma forma concisa e bem estruturada. O site parece-nos eficiente no sentido que oferece ao supostamente público alvo a informação que este potencialmente esperará encontrar num site de natureza turística. A primeira página introduz as 8 cidades históricas. A partir desta página, o utilizador pode descobrir um mapa de localização das cidades, ou refinar a sua pesquisa sobre o património e obter informação específica sobre cada cidade. Para cada cidade, o site oferece uma lista dos principais monumentos,

que, por sua vez, dá acesso às páginas individuais de cada monumento, ilustradas com fotografias e um pequeno texto explicativo. O conteúdo da descrição limita-se, no entanto, a uma abordagem superficial. Adicionalmente, o site oferece algumas sugestões de potenciais rotas turísticas, as quais poderão ou não interessar ao navegador virtual: as rotas da história, dos vestígios do tempo, da natureza e do espírito, das

culturas, das lendas, das tradições, do presente, etc. A opinião com que fiquei foi a de um site que exemplifica eficazmente a capacidade da Internet para a divulgação ao mundo de um segmento específico do potencial turístico Espanhol, sem passar juízos de valor, sem grandes ambições culturais ou informativas, e com recursos limitados.

National Trust

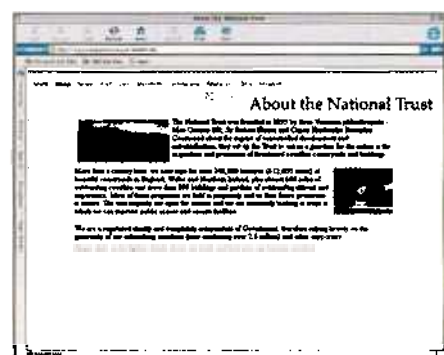
(<http://www.nationaltrust.org.uk/aboutnt.htm>)

O National Trust é uma organização filantrópica britânica cujo conhecimento deverá ser obrigatório para aqueles que se interessam por conservação do património edificado. De acordo com a informação no site, o National Trust foi fundado em 1895 por três filantrópicos Victorianos, preocupados com o impacto do crescimento descontrolado e da industrialização sobre o património edificado e a faixa litoral do território britânico. Actualmente, o fundo é responsável por mais de 248.000 hectares de paisagem rural, 600 milhas de faixa costeira, e 200 edifícios e jardins de interesse e importância histórica. É um organismo independente do governo, suportado pelas contribuições de mais de 2,6 milhões de membros.

O site do National Trust oferece um manancial de recursos ao navegador. Na página de rosto, o site orienta o navegador para diferentes secções temáticas, a saber: informação para empresas, educação, lazer e viagens, lugares a visitar, notícias e acontecimentos, membros, e inscrição. Visitei algumas páginas para satisfazer a minha curiosidade. Na página "Factos e Figuras", por exemplo, o navegador encontra informação sobre o património do Trust, sobre os membros, e respectiva dotação orçamental (49,6 milhões de contos, realizados a partir de quotas dos membros, contribuições, legados, rendas, investimentos, etc.). Na página de "Lugares a Visitar", o site oferece alguns motores de pesquisa, os quais indexam o património a cargo do Trust por região, condado, nome, tema, e ordem alfabética. Na página de "Links", o site oferece um directório de outros sites relacionados com o património, agrupados em diversas categorias tais como: informação turística, transportes, governo, pesquisa, internacional, ambiente, regiões, património.

De uma maneira geral, o grafismo do site é agradável e a velocidade de acesso às páginas aceitável. Quanto à informação disponível pareceu-me vasta e bem organizada, convencendo-me desde já a adicionar este site à lista dos meus "bookmarks" sobre património de forma a poder revisita-lo noutra altura.

¹ Engenheiro Civil. Encontra-se presentemente a frequentar o programa de doutoramento em Engenharia da Construção e Gestão, na Universidade de Berkeley, Califórnia. É Mestre em Conservação de Património Edificado, pela Universidade de Leuven, Bélgica.



Sebastião da Gama

O Poeta da Arrábida

Por: José Alberto Ribeiro¹

Versos ao Mar

*Quando eu cair exausto
sobre as conchas da praia e fique ali
doente e sem ninguém.
hás-de ser tu quem me trate. Quero que sejas tu a minha Mãe.*

Versos para eu dizer de joelhos

*- Eu não quero cantar-te, minha Amante,
Minha Mãe, minha Irmã, minha Senhora:
eu só quero entender-te toda a vida
como te entendo, Serra!, nesta hora.*

In Serra Mãe

Sebastião Artur Cardoso da Gama morreu aos 28 anos na cidade de Lisboa vitimado pela tuberculose, no ano de 1952. Natural de Vila Nogueira de Azeitão, desde cedo viveu, por indicação médica, em contacto com um dos mais imponentes monumentos naturais portugueses: a Serra da Arrábida. A serra será a fonte constante do imaginário poético deste escritor, que se estreia na poesia em 1945 com a sua primeira obra: *Serra Mãe*. Seguir-se-ão *Loas a Nossa Senhora da Arrábida* (1946), *Cabo da Boa Esperança* (1947), *Campo Aberto* (1951), *Itinerário Paralelo*, *O Segredo é Amar*, *Pelo Sonho é que Vamos* (1953), o *Diário* (1958) e *Cartas*.


Enquanto estudante, Sebastião da Gama passou parte da sua breve vida no Portinho da Arrábida. Licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A sua simplicidade, autenticidade e humanismo granjearam-lhe grande simpatia entre todos aqueles com quem lidou, da sua terra natal à Escola Comercial e Industrial de Estremoz, onde leccionou. A sua curta passagem pela vida e amor fraterno pelos outros, nomeadamente, pelos seus alunos pode resumir-se numa frase da sua autoria: bendito seja Deus que me fez professor.

Para o poeta, a Arrábida simbolizava a beleza, o isolamento e a meditação, sensações às quais esse lugar convidava. Os poemas foram o meio ideal para Sebastião da Gama expressar, através da sua grande sensibilidade e gosto pelas letras, todos os segredos que conhecia da Arrábida, sobretudo na



obra *Serra-Mãe*, onde o poeta faz a exaltação da natureza com um romântico estímulo de envolvimento com ela. O escritor sabia qual a melhor hora para se isolar na Pedra da Anicha, para ver o mar em Alportuche ou para estar na Mata do Solitário. Conhecia todos os sons que a mata produzia consoante as diferentes horas do dia e da noite, assim como as diferentes tonalidades do azul do mar. Durante a sua primeira fase literária, a solidão da serra foi-lhe indispensável como fonte de produção e inspiração.

A poesia de Sebastião da Gama é assim o resultado da plena comunhão entre o seu espírito sincero e sensível e as coisas que o rodeavam: as referências à Natureza, com destaque para os poemas dedicados à serra e ao mar da Arrábida, ao tempo (manhã, tarde, crepúsculo e noite), à religiosidade lírica, aos seus amores ingénuos e dramas mais íntimos - estes últimos expressos nos seus lamentos de tristeza, acentuados pela consciência de ter uma missão impossível de cumprir em virtude da sua débil saúde -, a sua solidariedade para com os outros e a revolta compensada com rasgos de alegria e coragem de viver.

A sua poesia de afectos dedicada à cordilheira da Arrábida é o espelho de um local marcado por Deus, misto de respeito e admiração pela magnanimidade da natureza, simbiose natural de todos os elementos, que provoca espanto, deslumbra e desperta a procura de uma espiritualidade do local e de encontro do próprio observador. 

¹ Licenciado em História da Arte, mestrando do curso em Arte, Património e Restauro na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Técnico do Instituto Português do Património Arquitectónico, na Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda.

Tratamentos de Co

Ludgero Castro e Cruzeta



Departamento de Conservação e Restauro da Ludgero de Castro num Palacete em Gaia

A arte do estuque ornamental é uma das mais descuradas e menos-prezadas, face às outras formas artísticas. Com o intuito de a dar a conhecer aos interessados, alguns estudiosos têm vindo a alertar sobre o valor destas estruturas decorativas que não deixam de ser elementos artísticos únicos. Neste registo, há a destacar Flório de Vasconcelos que, centrando a atenção do seu estudo nos estuques da cidade do Porto, dá-nos um enquadramento mais vasto desta arte, sensibilizando-nos para este espólio cultural, onde nós, portugueses, detivemos um papel preponderante. Assim, surgem dois livros, "Estuques Decorativos do Norte de Portugal" e "Estuques. Porto Património", nos quais o tecto em consideração – Palacete da autoria de Ventura Terra em Gaia –, se apresenta inventariado.



Magnífico exemplar da Arte Nova em Portugal, onde um "...vegetalismo barroco, violento e movimentado, espalha gigantescas folhas de acanto, espessas e túrgidas..." que "...ocupam todo o tecto, como contorcidas nervuras de uma fantástica abóbada do gótico final." (Flório de Vasconcelos, 1997). Sobre o suporte em estuque, apresenta-se um delicado acabamento policromado em tons quentes e dourados.

O tecto, devido à acção de trepidações e vibrações, sofreu um acentuado processo de degradação estrutural que, no limite, conduziu à queda do mesmo. O tratamento executado permitiu a reposição da leitura das ornamentações e policromias

Tratamento Executado:

- Recolha de fragmentos. Registo gráfico e fotográfico;
- Pré-consolidação imediata do suporte das ornamentações, estuque ornamental e policromias em destaque;
- Levantamento gráfico, com marcação de cotas e registo de patologias;
- Consolidação e estabilização da estrutura de suporte e



Palacete de Ventura Terra, Gaia

estuque ornamental;

Reintegração volumétrica de suporte ausente, reposição de fragmentos ornamentais recolhidos e duplicação de elementos ornamentais ausentes;

Fixação de policromias; limpeza de policromias;

Reintegração cromática e pictórica;

Acabamento protector.

Cruzeta recupera escadaria do Mosteiro de Alcobaça

Breve Nota Histórica:

A escadaria intervencionada encontra-se situada a Sudoeste do corpo do Mosteiro de Alcobaça e a Este da Capela do Desterro, é composta por dois lances de escadas, em cada um dos lados intercalados por patamares que culminam num patamar central de onde desce um último lance de degraus.

As guardas são decoradas por um óculo trilobado e recortes geometrizes.

Conservação e Restauro



Por baixo do patamar, ao centro, encontra-se um nicho profundo que poderá ter sido uma lapa para descanso de passeios ou talvez um local de devoção, pois logo em cima localizava-se o cemitério e a capela.

É difícil datar a construção, sabe-se apenas que a Capela do Desterro terá sido construída entre 1720/1750 e que, possivelmente, a escadaria terá, nessa ocasião, servido de acesso à horta e ao jardim do Obelisco, para quem viesse do cemitério. Sabe-se ainda que, em 1786, numa visita da Rainha D. Maria I, esta terá passado por lá para ir à horta.

Já mais recentemente, o nicho serviu de oficina de sapateiro e, do lado esquerdo da escada, havia uma construção moderna, actualmente destruída, que serviu a um barbeiro. Hoje em dia não é dada qualquer utilidade à escadaria pois a horta já não existe.

Existe ainda uma construção subterrânea, denominada de levada, que serviu de canal de água que abastecia o Mosteiro. Neste canal, foram descobertas pela equipa de arqueologia do IPPAR, as fundações de uma ponte em madeira que existiria antes da construção da escadaria.

Estado de Conservação:

A escadaria apresenta-se em avançado estado de degradação, com grande quantidade de plantas de pequeno e médio porte, chegando algumas destas raízes a provocar o deslocamento e fractura de elementos pétreos.

Os "gatos" e os espigões em ferro são responsáveis pelo deslocamento e fractura de grande parte da cantaria, acentuando-se principalmente nas guardas devido à sua forma mais frágil.

Uma das guardas dos patamares encontrava-se em risco de queda, devido, em grande parte, ao avançado estado de oxidação dos espigões e "gatos".

Algumas intervenções mais recentes foram efectuadas com a finalidade de estabilizar e preencher partes deslocadas originadas pela movimentação e desenvolvimento de raízes e pela oxidação de elementos metálicos.

Proposta de intervenção:

- Aplicação de herbicida na folhagem de toda a vegetação existente;
- Remoção de toda a vegetação seca, extracção em profundidade das raízes;
- Abertura e limpeza de todo o tipo de sujidade depositada na junta;
- Apeamento de todos os elementos em cantaria que se encontrem deslocados ou fracturados;
- A motivação destes elementos é executada com todos os cuidados necessários à conservação dos mesmos para posterior reposição;
- Nas cantarias removidas, todos os elementos metálicos serão extraídos e substituídos por elementos em aço inoxidável, sendo a sua fixação em chumbo conforme técnicas tradicionais;
- Os elementos fracturados serão consolidados com espigões interiores em aço inox e resina epoxy;
- Refechamento das juntas com argamassas apropriadas.

Apeamento dos elementos em cantaria deslocados ou fracturados



Rebocar e re

A pedra, mesmo há milhões de anos atrás, quando extraída e manipulada para satisfazer as nossas necessidades, parecia insensível a qualquer tipo de deterioração, mas não é bem o caso. Tal como todo o tipo de matéria prima, a sua decadência é inevitável e contínua.



Algumas pedras, como o granito, são muito resistentes, enquanto que outras podem ser extremamente vulneráveis. As pedras calcárias, o arenito calcário e o mármore são pedras de alto risco. O carbonato de cálcio (CaCO_3) tem solvência minimal de pH 11 e a solvência aumenta até ao pH5, pelo que ocorre a sua decomposição irreversível.

Na ausência de poluição, a água pluvial tem um pH de 5. O controlo ambiental é um factor importante na prevenção da degradação da pedra, mas trata-se de um assunto complexo, visto que os agentes nocivos nunca podem ser completamente eliminados e nem toda a pedra que se encontra em risco pode ser deslocada para locais mais seguros. Como restauradores, encaramos muitas vezes a tarefa de restaurar a pedra danificada a fim de manter a integridade histórica e aparente dos nossos monumentos.

A escolha do material adequado para rebocar e refazer as juntas é essencial para compreendermos a natureza porosa e hidrófila da pedra que trabalhamos, bem como o mecanismo da sua degradação.

Os três agentes principais que estão na origem da complexa transformação física das pedras são: a cristalização dos sais solúveis, o ataque dos gases ácidos e a acção da geada. A água, no estado líquido ou gasoso, é o principal veículo dos agentes da degradação.

Os edifícios, contrariamente às esculturas em exposição, não estão apenas sujeitos à sua degradação exterior, mas muitas vezes encontram-se desprotegidas em relação à humidade e aos sais provenientes da terra. Os sais pouco solúveis podem causar prejuízos enormes, em particular os sulfatos de cálcio e de magnésio. Os sais muito solúveis são efervescentes à superfície e, a menos que impedidos de migrar até à superfície, podem ser escovados. Os sais

fazer juntas: opções para os edifícios em pedra

Par: Tody Cezar



insolúveis não são problemáticos, visto que permanecem acima ou abaixo da superfície. No seu estado aquoso, os sais movem-se através da pedra porosa e quando secos, os cristais, que ocupam mais espaço, exercem pressão sobre as paredes porosas. Muitas vezes esta pressão pode exceder a força da parede, danificando-a. Os gases ácidos, principalmente o dióxido sulfúrico resultante da combustão do combustível fóssil e da actividade vulcânica, estão presentes juntamente com partículas de carbono e alcatrão. A poluição provoca manchas de sujidade, ao passo que os gases ácidos podem causar a destruição da própria pedra.

O gás do dióxido de enxofre, formado quando este arde no ar, é a razão principal da degradação do gás ácido. Quando é dissolvido na água, através da humidade do ar ou da chuva, forma-se ácido sulfuroso diluído ($\text{pH}3$). Quando o ácido é depositado no carbonato de cálcio, a superfície da pedra é transformada em sulfato de cálcio. Então, o sulfato de cálcio absorve a água à medida que se cristaliza em calcite mineral.

Sendo um composto pouco solúvel, a calcite é levada pela chuva juntamente com a sujidade, deixando a superfície da pedra limpa, mas ligeiramente erodida e vulnerável a danos futuros. Em zonas abrigadas, protegidas pela chuva, o ácido sulfúrico condensa-se na pedra, reagin-

do com ela e transmitindo-lhe partículas poluentes, formando uma crosta negra na superfície. Algumas pedras calcárias resistentes podem manter esta feia crosta negra de calcite, ao passo que outras, menos resistentes, provocam bolhas que acabam por rebentar, espalhando um pó de pedra desfeita. Com o tempo, esta pedra desfeita desaparece, deixando exposta a pedra nova que ficará sujeita a nova destruição.

A água desloca os sais solúveis, reage com os gases da atmosfera para formar ácidos nocivos e é responsável pelos danos provocados pelos ciclos de congelação. Para além do mais, a repetida humedificação e secagem dos grãos da pedra calcária (óolitos) pode provocar uma série de dilatações e contracções que levam ao enfraquecimento da própria estrutura da pedra, além de diluírem os minerais de argila residual e silicatos, o que levará a nova quebra.

Deveríamos portanto assumir que se conseguíssemos evitar que a humidade não penetrasse na pedra resolveríamos este problema. Um material forte totalmente impermeável, seria a solução ideal. No entanto, uma capa superficial e o refazer das juntas para assegurar uma maior duração servindo de escudo às intempéries, pode acelerar o processo de decadência devido à natureza porosa



da pedra. A água é absorvida pela superfície, através das juntas das pedras e da terra, e evapora à superfície. Este ciclo de absorção e evaporação é essencial para a manutenção da pedra. Os sais e outros contaminantes mantidos na solução, migram juntamente com a evaporação. Se a água retida fica presa por uma camada impermeável, a evaporação é retardada, de tal forma que os sais acumulam, aumentando a pressão até provocarem a quebra da estrutura da matéria. Uma evaporação insuficiente pode igualmente provocar a saturação do interior da pedra, sendo a causa da falta de coesão e de manchas à medida que os minerais são absorvidos. Quando a pedra atinge a saturação, a água e os agentes poluentes penetram até ao interior, causando danos profundos nas paredes, nos frescos, nos azulejos e nas esculturas, sendo assim, na busca de um material de reparação adequado, deve-se tentar que este seja compatível com a pedra; compatibilidade neste caso significa o impedimento da formação da barreira da humidade.



O cimento é vulgarmente utilizado em Portugal para rebocar e refazer as juntas, no sentido de providenciar uma camada protectora impermeável. Este tratamento não só é muito bonito visto que a superfície da pedra é muitas vezes completamente coberta de cimento, como, mesmo quando utilizada apenas para rebocar ou para fazer pequenas reparações, pode exercer uma pressão extrema sobre a pedra que o rodeia. Esta pressão, a falta de elasticidade e a impermeabilidade do cimento que até hoje se julgava serem benéficas, na realidade acabam por ser prejudiciais. A extracção inadequada da humidade e a incompatibilidade entre a expansão e contracção térmicas do cimento e da pedra são os maiores problemas. Com o tempo formam-se pequenas fissuras e rachas no cimento e no reboco que aceleram a migração dos sais impedindo-os, todavia, de chegar à superfície da pedra. O reboco de cimento tem tendência para quebrar, pelo que grandes áreas ou edifícios completamente rebocados em cimento podem vir a ter sérios problemas de humidade, por vezes com resultados devastadores.

Durante a restauração recente da Catedral de Salisbury em Inglaterra, descobriu-se que a pedra tratada no séc. XIX com cimento de Portland estava em muito piores condições do que a maior parte da pedra medieval original que tinha sido assente e rebocada com argamassas de cal. O reboco utilizado durante a restauração Vitoriana foi retirado e substituído por argamassas de cal e mistura de reboco. Sendo a argamassa de cal mais elástica e permeável proporciona um extenso espaço para os sais e para a geada

e estabelece uma maior harmonia com o contínuo movimento sazonal a que estão sujeitos os monumentos históricos. A argamassa de cal renova-se facilmente, obviamente o trabalho penoso de remover o cimento com martelo e escopro. Com o tempo, tem-se revelado ser o melhor material para rebocar e refazer as juntas dos monumentos históricos em pedra.

Quando tratamos de pedra danificada somos obrigados a encarar o custo e a facilidade do tratamento, os resultados a longo prazo e possíveis efeitos colaterais, bem como a facilidade de reversibilidade. O conhecimento sobre os materiais de construção e o ciclo da sua degradação pode conduzir-nos ao tratamento mais eficaz e adequado, sem causar problemas adicionais para além do normal envelhecimento.

A chave para a resolução desta dificuldade reside em conseguir que a dureza exercida pelos restauros nunca exceda a da própria pedra, e a porosidade do material utilizado nunca seja menor do que a da pedra. É preferível sacrificar as reparações em benefício da pedra. O material nobre utilizado na construção dos nossos monumentos.

** Licenciada em História da Arte e com um Mestrado em Educação da Arte, tem vindo a trabalhar como restauradora privada desde 1976 e em colaboração com diversas instituições europeias. Actualmente, trabalha no Peabody Essex Museum em Salem, no Departamento de Exportação de Arte Antiga.*

As imagens constantes no texto referem-se ao Palácio Nacional da Ajuda

BIBLIOGRAFIA:

- ASHURST, J. AND DIMES, F. G. (1990). *Conservation of Building and Decorative Stone*, vol. I and II. Butterworth, London.
- BUILDING EFFECTS REVIEW GROUPS REPORT (1989). *The Effects of Acid Deposition on Buildings and Building Materials in the United Kingdom*. Her Majesty's Stationary Office, London.
- BUTLIN, R., YATES, T., MURRAY, M., AND PAUL, V. (1991). MEDHURST, J. AND GAMESON, T. (1994). *Effects of Pollutants on Buildings*. Research commissioned by Her Majesty's Inspectorate of Pollution, Department of the Environment, London.
- CEZAR, T. May (1998). "Calcium Oxalate: A Surface Treatment for Limestone", *Journal for Museum & Conservation Studies*.
- CLARKE, B. AND ASHURST, J. (1976). *Stone Preservation Experiments*. Report prepared for the Department of the Environment, Building Research Establishment, Watford.
- CLIFTON-TAYLOR, A. AND IRESON, A. S. (1983). *English Building Stone*. Victor Gollancz Ltd, London.
- FEILDEN, B. M. (1998). *Conservation of Historic Buildings*. Architectural Press, Oxford.
- KENYON, C. "Stabilising the Substrate: Grouting - the Options". *Conservation News*, N 59, 71-73.
- MILLER, E. (1993). "Stone Consolidation Materials", unpublished paper, British Museum, London.
- MORA, L., MORA, P. AND PHILIPPOT, P. (1984). *Conservation of Wall Paintings*. Butterworth, London.
- NATURAL STONE DIRECTORY (1994-1995). Compiled and produced by Stone Industries - the business monthly, Herald House Ltd., Worthing, West Sussex.
- NORD, A. G. AND ERICSSON, T. (1993). "Chemical Analysis of Thin Black Layers on Building Stone". *Studies in Conservation*, Vol. 38, 25-35.
- PRICE, C. (1993). "Salt Damage in Monuments and means of Control". Paper presented at the Institute of Archaeology, University College, London.
- QUALE, N. J. T. (1996). "The Case Against Limewater". *Conservation News*, n59, 68-71.
- TORRECA, G. (1998). *Porous Building Material: Material Science for Architectural Conservation*. ICCROM, Rome.

Condeixa:

um curso para o património

Em Condeixa existe o único curso para técnicos de Museologia e Património Cultural. Pertence ao Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra e vai lançar este ano para o mercado a primeira fornada de alunos.

Frederico estava nervoso. Há semanas que preparava a apresentação do seu trabalho de fim de curso intitulado "Arquivo fotográfico do Museu Municipal de Soure - Métodos de conservação", um projecto que lhe consumiu muitas horas e no qual se empenhou por inteiro. Naquela manhã, a turma do 3º ano do curso de Museologia e Património Cultural do polo de Condeixa do Instituto Técnico, Artístico e Profissional de Coimbra reuniu-se uma vez mais para ouvir Frederico expor a sua Prova de Admissão Profissional.

Na última fila da sala, duas professoras ouviam atentamente as palavras de Frederico, tomavam notas e interrompiam-no sempre que não concordavam com alguma coisa. "A Prova de Admissão Profissional é muito importante para os alunos e funciona quase como uma tese de final de curso.

É um projecto individual no qual os alunos fazem uma aplicação prática dos seus conhecimentos", explica Margarida Figueiredo, a responsável por este curso.

Por isso mesmo, a sua preparação nunca é descuidada. "Os alunos têm que apresentar este trabalho perante um júri e todos queremos que corra o melhor possível". Esse júri representa, no fundo, o mundo lá fora e é a esse mundo que eles têm de mostrar o que valem.

Assim, Frederico vai uma vez mais pegar no seu trabalho e, com a ajuda das suas professoras, limar arestas e realinhar o fio condutor.



Situado em Condeixa, este polo do Instituto Técnico Artístico e Profissional ministra o único curso de Museologia e Património cultural existente em Portugal



Dentro de uma semana tudo tem de estar perfeito perante o júri. E vai estar, garante Margarida Figueiredo.

Frederico é um dos 17 alunos que estão prestes a tornarem-se técnicos de Museologia e Património Cultural. Um curso que se iniciou há três anos no Instituto Técnico, Artístico e Profissional de Coimbra e que, neste momento, conta com duas turmas no seu polo de Condeixa. Este curso tem como objectivo transmitir aos seus alunos os conhecimentos necessários para desempenhar funções polivalentes em diversas instituições, sejam museus ou outros organismos vocacionados para a realização de actividades de âmbito cultural.

Qualidade na aprendizagem

De acordo com Margarida Figueiredo, embora a realidade seja mais cruel e, como para todos os jovens deste país, não seja fácil para Frederico e os seus colegas arranjam um emprego compatível com a sua formação, todos eles estão muito bem preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

"Penso que muitos destes finalistas querem ingressar no ensino superior e a frequência destes três anos dá-lhes a bagagem necessária. Podem ser os melhores dos cursos que vierem a escolher" Um optimismo que tem como base as 3600 horas que estes alunos frequentaram ao longo dos três anos em cadeiras como História da Ciência, Tecnologia, História de Arte, Antropologia Cultural, Museologia, Inventariação do Património Cultural, Teoria e Técnica de Conservação do Património ou Técnicas Auxiliares de Museologia, entre muitas outras. Em comum com os outros colegas dos liceus, têm apenas o português e o inglês.

Mas o curso não se fica apenas pelas áreas mais teóricas: segundo Margarida Figueiredo dá-se grande importância ao contacto prático com a realidade e, durante estes três anos, Frederico e os seus colegas correram Portugal de lés a lés, para visitar museus, exposições, monumentos e locais classificados como Património Mundial.

Estágio em museus

Mas a grande experiência prática acontece no final do segundo ano, quando os alunos vão fazer um estágio em museus. "Tivemos cinco alunos no Museu Machado de Castro, em Coimbra, dois no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, um no Museu Académico da Universidade, três no Museu Monográfico de Conímbriga, dois no Museu Etnográfico da Lousã e um no Museu Municipal da Lousã, outros no Museu Municipal de Soure, um outro no Museu do Campo, em Carapinheira e, finalmente, o último fez o estágio na Casa Museu Fernando Namora, aqui em Condeixa".

Este estágio, com a duração de cinco semanas, foi a prova de fogo para estes alunos. E para a maioria um caso de paixão. "Gostaram todos imenso da experiência e foi muito bom para a sua formação, não só a nível técnico - porque todos aprenderam alguma coisa - mas também no que diz respeito ao lado profissional da vida, como o relacionamento com colegas, respeito pelas hierarquias ou cumprimento de horários", garante Margarida Figueiredo.

Todos os alunos têm uma caderneta de estágio onde o orientador do seu trabalho, quer da escola, quer da instituição onde foram colocados, fazem as suas apreciações acrescentando mais uma nota a todas as que obtiveram durante o curso.



A Directora do Curso de Museologia e Património, Margarida Figueiredo, garante que os seus alunos saem preparados para exercerem as funções de técnico auxiliar


Nesta altura do ano, o que mais preocupa mesmo os alunos finalistas deste curso é a Prova de Admissão Profissional, ou o PAP, como é mais conhecido. Estes trabalhos, segundo Margarida Figueiredo, ocuparam os alunos desde o princípio do ano lectivo e é o "tudo ou nada". Não deixam de ser curiosos os temas tratados e a forma como alguns são apresentados. "Há trabalhos que mais parecem teses de fim de curso", diz a professora que garante aprender muito com os seus alunos. "Eles envolvem-se muito no projectos e vão ao fundo das questões".

Só como exemplo, este ano, o júri vai ter que apreciar trabalhos sobre a conservação de cerâmica arqueológica, um projecto para revitalizar Conímbriga e uma tese intitulada "A função de um museu". Mas há mais. Uma aluna propõe a remodelação da Casa Museu Fernando Namora, uma outra estuda o tesouro da Rainha Santa Isabel no contexto da ourivesaria gótica portuguesa e um aluno propõe a análise do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, entre outros.

Verificamos assim que Frederico e os colegas não brincam com o curso que escolheram. "Têm uma carga horária muito pesada e uma exigência muito grande. Se existiam algumas dúvidas sobre se era este o curso que queriam tirar, isso ficou logo definido deste o princípio. Quem não gostou ou não aguentou, saiu. É preciso gostarem e empenharem-se muito para conseguirem fazer um bom trabalho".

Formar técnicos

O Instituto Técnico, Artístico e Profissional de Coimbra, ITAP, foi criado em 1990 e é uma escola profissional de natureza, privada, com enquadramento no ensino secundário. "Ou seja,



**ESCULTURA E CANTARIAS
RESTAURO, Lda.**



Rua República da Bolívia, 97-4º Dtº. - 1500-545 Lisboa
 Tel.: 21 715 03 70 - Fax 21 982 41 88
 Telem. 96 7094 130



O curso dá muita importância às aulas práticas e à experiência dos alunos no mundo real, obtida através de estágios

um ensino profissional de nível III da União Europeia, que corresponde ao técnico intermédio e tem equivalência ao 12º ano", esclarece a professora da Escola, Cristina Santiago.

Neste momento, além do curso de Museologia e Património Cultural, o único a este nível que existe em Portugal, o ITAP tem ainda os cursos técnicos de Gestão, Comunicação, Marketing e Publicidade, Animador Sócio-Cultural, Multimédia e, finalmente, Cartografia e Desenho. Uma formação que abrange cerca de 280 alunos espalhados por 15 turmas. Todos estes cursos têm uma componente Sócio-Cultural, científica e tecnológica e os seus alunos são sujeitos a estágios em empresas e à apresentação de PAP's no final do último ano.

Segundo revelou Cristina Santiago, o único senão desta escola é o facto de todos os anos ter que obter da parte do Ministério da Educação a autorização para a criação de novos cursos e novas turmas o que, segundo Cristina Santiago, não permite um planeamento a longo prazo. Mas não é esta incerteza que trava o entusiasmo dos seus dirigentes e professores.

O Polo do ITAP de Condeixa abriu as suas portas em 1995 com o curso para técnicos de Química Tecnológica e Analista de Laboratório. Dois anos depois, seguiu-se o curso de Museologia e Património Cultural. E que alunos frequentam estes cursos? "Temos de tudo, desde jovens realmente interessados no curso a outros que concorrem por que acham que é mais fácil tirar um curso profissional do que o curso tradicional, e que ainda por cima lhes dá acesso à Universidade". A média de idades é entre os 15 e os 18 anos.

Para entrar é necessário ter o 9º ano e todos os alunos são sujeitos a testes psicotécnicos. Foi num destes testes que um candidato respondeu que museologia era qualquer coisa relacionada com música... Não entrou, claro.

Quanto às saídas profissionais, Cristina Santiago garante que os cursos têm tido uma taxa de emprego entre os 70 e os 80 por cento, com uma excepção para o curso de Animador Sócio-Cultural, que apresenta a honrosa taxa de 100 por cento. O curso de Museologia e Património Cultural ainda não foi sujeito a esta prova pois a primeira vaga de formados só sai este ano.

E, embora Margarida Figueiredo se confesse esperançada na saída profissional dos seus alunos, admite que a carreira técnica nesta área é mais virtual do que real. "Dentro dos museus é muito lenta a progressão na carreira e a falta de verbas impede que sejam contratados mais técnicos".

Mesmo assim, Margarida Figueiredo acredita que estes alunos têm hipóteses de singrarem no mercado de emprego. "Assistimos nos últimos anos à proliferação de muitos museus locais, casas museus, núcleos museológicos em autarquias, é um mundo que se está a abrir e em que estes alunos, com uma sensibilidade especial em relação às questões do património, se podem enquadrar muito bem".



Da taxa do IVA

Por: João Malaca¹

Um primeiro impulso

Num quadro reconhecidamente complexo e exigente no que respeita às necessidades orçamentais de maior receita fiscal, não pode deixar de se considerar que o final do ano de 1999 e o ano de 2000 trouxeram boas notícias relativamente ao sector da conservação e restauro do património edificado.

Deste modo, ainda que sujeitas às vicissitudes dos ciclos políticos, de que são vítimas, em primeiro grau, as mutações nas taxas de imposto, devem sublinhar-se as seguintes alterações no domínio do IVA que podem conferir alguma dinâmica a este sector.

Sublinhamos que as medidas são tanto mais significativas quando se sabe que muitos dos proprietários, não sendo sujeitos passivos de IVA não podem repercutir o imposto que onera as empreitadas deste tipo, sendo esse um obstáculo real e oneroso à tomada de decisão na realização da obra.

Assim, em cumprimento de uma autorização legislativa que se encontrava inscrita no Orçamento de Estado para 1999, o Decreto-Lei 418/99 de 21 de Outubro adita à lista I anexa ao Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), com efeitos a partir do final do mês de Outubro do ano transacto, as empreitadas de construção, beneficiação ou conservação de imóveis realizadas no âmbito do Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA).

Na prática, este aditamento traduz-se numa redução de taxa do IVA incidente sobre tais empreitadas que passam da taxa normal de 17% para a taxa reduzida de 5%.

No seguimento desta alteração, o Orçamento de Estado para 2000, dando uma nova redacção ao ponto 2.21. da lista I anexa do CIVA, inclui também o mesmo tipo de empreitadas no âmbito do Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA), do Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPIH) e, finalmente, do Programa SOLARH (para proprietários e agregados familiares de fracas condições económicas).

De notar que, tendo sido publicado apenas em 4 de Abril de 2000, estas alterações decorrentes do Orçamento de Estado vigoram desde o dia 1 de Janeiro do corrente ano.

Com carácter mais delimitado no tempo, destinando-se a vigorar apenas entre 1 de Julho de 2000 e 31 de Dezembro de 2001, também estão sujeitas à taxa reduzida de 5% as empreitadas de beneficiação, remodelação, restauro, reparação ou conservação de imóveis ou de partes autónomas destinadas à habitação, mesmo que fora do âmbito de qualquer um dos regimes atrás mencionados.

Se tudo decorrer com normalidade e para que não existam motivos para a eliminação destes benefícios, será importante a sua utilização e expansão através de um visível incremento de obras de recuperação, conservação e restauro do património edificado.

Para tal, cremos que será determinante a divulgação desta medida fundamentalmente junto dos proprietários dos imóveis a recuperar.

¹ Advogado de Alcides Martins & Associados



Forum Unesco

O diálogo entre culturas conduz à paz entre os homens

FORUM UNESCO - Universidade e Património é um importante projecto criado pela UNESCO que nasce na Universidade Politécnica de Valência por acordo firmado entre as duas instituições, no ano de 1995.

FORUM UNESCO tem como objectivo criar, através das universidades de todo o mundo, uma Rede Internacional que permita, pela interacção do conhecimento e troca de saber, a união de esforços para a criação dos interesses necessários à salvaguarda e à protecção do património do mundo.

O Arquitecto Nuno Santos Pinheiro é o Fundador desta instituição tendo sido nomeado, no Seminário Internacional de Quebeque de 1997, coordenador deste braço de acção da UNESCO, para os países de língua portuguesa e do Magreb.

A Universidade Lusíada foi o local escolhido para sede Coordenadora em Portugal.

Foi assim assumida a responsabilidade de desenvolver e dinamizar esta importante acção de intercâmbio do saber: da criação de fontes de desenvolvimento e da divulgação; mas também de formação no património como forma de promover a defesa das culturas, bem-estar e Paz entre os Homens.

É e tem sido a função deste FORUM difundir as intenções que levem à salvaguarda deste património construído, fomentando o interesse das universidades de forma a ser possível o intercâmbio entre os seus docentes e alunos, bem como incentivar uma maior responsabilização perante estes bens, através de:

- Protocolos entre as instituições, contactos entre investigadores;
- Preparação de reuniões entre países que levem à vontade de criar o conhecimento através do ensino;
- Criação de sedes deste FORUM que permitam uma maior difusão dos princípios da UNESCO;
- Núcleos de salvaguarda formados por alunos que conduzam a acções de defesa patrimonial quer na universidade, quer no país;
- Desenvolvimento de Acordos, dentro de cada Nação, que levem a acções conjuntas de salvaguarda do património com instituições governamentais ou não;
- Crescimento do banco de dados que a sede Central do FORUM UNESCO criou e divulgou de forma a pôr à disposição de todos mais e melhores apoios de trabalho.

É desejo do FORUM UNESCO Portugal e da Universidade Lusíada que o importante documento da UNESCO que se intitula "Declaração Mundial", sobre o Ensino Superior para o Século XXI - Visão e Acção", assim como o Quadro de Acção Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento do Ensino Superior possam a ser importantes guias de trabalho das uni-

versidades em Portugal através do FORUM UNESCO - Universidade e Património, a bem dos nossos representantes profissionais, mas também do nosso património.

Projecto "Observatório do Património"

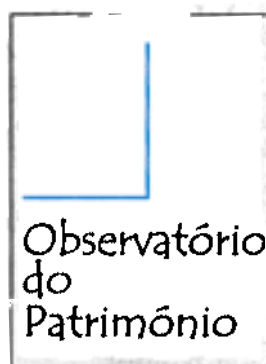
No seguimento do "Workshop (Con)viver com o Património: problemas e práticas na salvaguarda da arquitectura tradicional" - realizado pelo GEOTA, pelo CAA e pela OIKOS de Leiria, no passado mês de Outubro, em Almada - e das conclusões resultantes da discussão promovida, resolveram o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, o Centro de Arqueologia de Almada e o GECORPA levar a cabo a criação de um Observatório do Património - dando continuidade à investigação sobre arquitectura tradicional, projecto proposto por ocasião do referido Workshop.

Pretende-se com este Observatório reconhecer, inventariar e analisar elementos de arquitectura tradicional, a nível nacional, tendo em vista a criação de um formato de base de dados permanentemente actualizável que permita, de uma forma eficaz e célere, acompanhar, registar e proceder a acções de conservação - se necessário - no património inventariado.

O trabalho de inventariação será levado a cabo em parceria com escolas locais, por forma a promover, igualmente, a divulgação e o reconhecimento do valor da arquitectura tradicional nacional junto do público infantil.

Esta iniciativa encontra os seus limites no território nacional e no património construído em geral. Todavia, esta primeira fase debruçar-se-á apenas sobre uma região-piloto e procurará inventariar o património classificável de "arquitectura tradicional", isto é, "le moyen traditionnel et naturel par lequel les communautés créent leur habitat".⁽¹⁾

Em última análise, pretende-se dotar as autarquias e os responsáveis do património de uma forma geral com um importante instrumento de trabalho nas políticas de salvaguarda patrimonial. É igualmente objectivo deste projecto que, na ausência de políticas governamentais, o Observatório se torne um importante instrumento de pressão das instituições tutelares. Finalmente, pretende-se que os resultados desta iniciativa contribuam para um maior reconhecimento do património existente a nível local, concelhio e regional incentivando a realização de programas turístico-culturais por parte das instituições responsáveis.



Milhões para a candidatura de Sagres a Património Mundial



A vila de Sagres, tendo em vista a apresentação da sua candidatura a Património Mundial da Unesco, vai proceder a um avultado investimento na sua recuperação, orçado em cerca de dez milhões de contos. A decisão saiu de uma reunião entre vários organismos regionais e pretende dar aquela vila da Costa Vicentina uma nova imagem para o processo de candidatura. Este investimento está enquadrado no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio e passará pela renovação urbana e por novos eixos viários que, numa primeira fase, incluirão a entrada da vila em direcção à zona da Baleeira, assim como vários arruamentos, no montante de 700 mil contos, a juntar a projectos de remodelação dos estabelecimentos comerciais. O programa inclui ainda intervenções ao nível do património - sustentáculo, afinal, desta iniciativa - criação de espaços culturais, do Centro Oceanográfico e o aumento da capacidade da oferta hoteleira.

O Farol do Cabo de S. Vicente, a Fortaleza de Sagres, o Forte do Beliche e outro locais junto ao litoral fazem parte da lista dos sítios a figurar no processo de candidatura a Património Mundial da Humanidade que, segundo o coordenador científico do projecto, Romero de Magalhães, poderá incluir mais alguns locais, como o Porto da Baleeira.

Diário de Notícias, 3 Junho de 2000

Memórias, ruínas e algo mais



A Fundação Cascais já concluiu o inventário exaustivo do património edificado de todo o concelho de Cascais. Um trabalho cuja primeira versão data de 1998, mas que teve de ser alterado devido ao facto de nestes dois últimos anos o património de Cascais ter sofrido algumas baixas. A construção desenfreada que está a assolar esta zona tem tido como consequência a demolição de edifícios antigos, alguns ligados à história de Cascais, para dar lugar a blocos de apartamentos.

Para salvar esta memória, a Fundação Cascais desenvolveu um projecto onde, além do levantamento exaustivo de todo o património edificado ou do que resta dele - como as ruínas do Chalet da Condessa d'Edla, na Parede ou a Pensão Real, no Monte-Estorial, dois edifícios reentamente demolidos -, vai ainda publicar um conjunto de seis CD-roms onde será contada a história do concelho, freguesia a freguesia, desde a pré-história até 1960.

Estes seis CD-roms vão ter uma distribuição privilegiada nas escolas e bibliotecas do concelho de Cascais, na tentativa de sensibilizar o público do futuro.

Este levantamento exaustivo da memória da Linha do Estoril, coordenado pela Fundação Cascais, foi elaborado voluntariamente por equipas de historiadores, sociólogos, arquitectos e arqueólogos, todos moradores no concelho, e teve o apoio financeiro de 5500 contos da respectiva Câmara Municipal.

Público, 4 de Maio de 2000

Mais "Praça da Figueira"



O Instituto Português de Arqueologia conseguiu autorização para prolongar por mais dez dias as escavações de vestígios moçárabes na Praça da Figueira. Um prazo curtíssimo para os arqueólogos conseguirem estudar todos os vestígios encontrados. Um tesouro escondido pelos séculos e agora condenado com a construção de um parque de estacionamento.

Para o Presidente do Instituto Português de Arqueologia, "as coisas são mesmo assim". João Zilhão considera que as estruturas são de grande interesse científico mas que não se justifica conservá-las. "Viver na cidade implica a destruição de património. De outra forma, não há metropolitano, nem parques de estacionamento nem casas" Opinião diferente tem José Luis de Matos, especialista do período islâmico, para quem seria desejável que os vestígios encontrados fossem musealizados no próprio local. "Seria uma forma das pessoas visitarem este parque de estacionamento, pois a memória de Lisboa não merece ser apagada".

João Zilhão desdramatiza, no entanto, este cenário. "Os problemas que têm surgido são os normais numa obra com estas dimensões, porque o interesse do empreiteiro choca sempre com o dos arqueólogos".

Público, 3 de Junho de 2000

II Jantar GECORPA

No passado dia 18 de Maio realizou-se o segundo Jantar GECORPA que contou como convidado de honra com o Engenheiro Vasco Martins Costa, Director-Geral da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O encontro, que reuniu no Hotel Sheraton cerca de meia centena de técnicos ligados à recuperação do património arquitectónico, foi animado por uma intervenção de Vasco Martins Costa subordinada ao tema da "Qualificação das empresas no sector da conservação e reabilitação do património construído, na perspectiva do cliente". Uma intervenção que, no final, acabou por se transformar numa conversa informal e animada entre o Director-Geral da DGEMN e os participantes do jantar.

O encontro teve a apresentação do Engenheiro Vítor Córias e Silva, Presidente da GECORPA que, numa breve alocução, apresentou o convidado e realçou a necessidade das autoridades nacionais promoverem a criação de uma nova legislação que permita às empresas do sector aderirem aos princípios da qualidade. E lançou um repto: "Porque não introduzir uma espécie de bonificação às empresas que utilizem esses princípios, da qualidade?"

No seu discurso, o Presidente do GECORPA salientou ainda a necessidade de se disciplinar a ética do mercado e criticou aquilo que considera uma concorrência desleal por parte das universidades, no campo da conservação e restauro do património: segundo Vítor Córias e Silva, a intervenção das universidades em obra contraria a obrigação legal de consulta de mercado e é duplamente prejudicial ao país. "Nem as empresas especializadas se desenvolvem, nem as universidades se dedicam à sua vocação inicial, a formação."

Na sua intervenção, Vasco Martins Costa começou por dar um enquadramento geral das empresas ligadas ao sector do restauro e conservação do património na economia nacional. Apoiado em dados oficiais, o Director-Geral da DGEMN traçou o quadro da intervenção destas micro-empresas e realçou o facto das autoridades e dos media terem tendência para as esquecer em detrimento das grandes empresas.

"Lembro-me de um caso, no ano passado, a que a Comunicação Social deu grande eco, que foi o despedimento de 2400 trabalhadores de uma grande empresa. Mas o que ninguém sabe é que exactamente nesse ano foram à falência 4000 pequenas e micro-empresas arrastando consigo mais de 20 mil desempregados". A invisibilidade deste tipo de empresas é pois realçada por Vasco Martins Costa que, apontando dados e números oficiais, criticou as autoridades, não só

nacionais como europeias, por não destacarem suficientemente a importância económica das pequenas e micro-empresas.

O Director-Geral do DGEMN considera mesmo que a chave para desbloquear a situação do desemprego na Europa pode estar neste tipo de empresas, muito mais flexíveis quer em termos de mão de obra, quer em termos de custos.

No caso concreto das empresas ligadas ao sector da conservação e restauro, Vasco Martins Costa dá o exemplo da França onde cerca de 30 por cento das micro-empresas francesas são responsáveis pela totalidade das obras de restauro e conservação do património naquele país. Falando na qualidade de cliente, como responsável pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Vasco Martins Costa mostra-se muito optimista em relação ao futuro destas empre-

Sociedade de Construções José Moreira, Lda.

20 ANOS

Vamos onde se exige!

- Rigor
- Competência
- Cumprimento de Prazos

Sociedade de Construções José Moreira, Lda.
 SEDE: Rua Manuel Alpedrinha, N°15
 Reboleira Sul, 2720-352 AMADORA
 Telef: 21 496 12 70 - 21 499 86 50, Fax: 21 495 97 80

ALCÁÇER DO SAL	LEIRIA
ALMADA	LINHA A VELHA
ALTER DO CHÃO	LINHÓ
ALVERCA	MAIHERA DA SERRA
AMADORA	HEM MARTINS
AZARUA	MONSANTO
BANATICA	MONTE ESTORIL
BARREIRO	MONTEMORENO
BATALHA	ODEMIRA
CACÉM	OUFAS
CAMARATE	OTA
C. DE OUBIQUE	OURÉM
CARNAXIDE	PARADE
CASCAIS	PERDUELOS
CASTELO BRANCO	POBUL
CAXIAS	PONTINHA
CHELAS	PORTO SALVO
DONS MONTE	S. PEDRO DO SUL
ELVAS	SANTA ILHA DE AZOIA
ÉVORA	SANTARÉM
FONTE DA TELHA	SETÚBAL
FREIXEJANADA	SINTRA
GANDARINHA	TOMAR
PAULHARES	TORRES NOVAS
JAGOA	VENDA NOVA
ISROA	VILA FRANCA DE XIRA



sas e acredita na evolução da qualidade do seu trabalho.

Quanto à questão da qualificação, Vasco Martins Costa começou por salientar uma evolução destas empresas durante as últimas décadas. "Das cerca de 3000 empresas que se interessaram pelo selo da qualificação, destacam-se algumas empresas da área da construção", afirmou.

Para o Director-Geral da DGEMN é ainda necessário que esse esforço de valorização na área da qualidade seja ganho por etapas. No entanto, Vasco Martins Costa aproveitou para realçar o facto que, ao contrário das empresas do sector, no campo dos projectistas, esse interesse pela qualificação ainda não é uma realidade.

Vasco Martins Costa alentou no entanto para os perigos que existem por detrás da qualificação. "Há empresas que utilizam esta qualificação como um cartão de visita, uma estratégia de marketing". E interroga-se sobre os critérios de atribuição de um eventual bónus. Dando como exemplo uma experiência promovida pela DGEMN, ligada à promoção das técnicas de construção tradicionais, Vasco Martins Costa pergunta como é que por exemplo se pode qualificar uma empresa que se especialize na construção em terra.

Todas estas questões acabaram por suscitar o interesse de muitos participantes no II Jantar GECORPA e envolver os empresários e Director-Geral da DGEMN numa conversa agradável e informal.

GECORPA no Convento de Cristo de Tomar

O GECORPA iniciou no passado dia 24 de Junho, no Convento de Cristo, em Tomar, o seu programa de visitas denominado "Estaleiro-Aberto". Trata-se de uma iniciativa que permite ao grande público visitar obras de conservação e restauro em diversos edifícios e monumentos e contactar directamente com os técnicos responsáveis por essas obras.

O Convento de Cristo foi o primeiro monumento escolhido para o ciclo "Estaleiro-Aberto" e todos que participaram na iniciativa saíram de Tomar mais esclarecidos com o que está a ser feito, em termos de conservação e restauro, naquele monumento que, juntamente com o Castelo dos Templários, foi classificado pela UNESCO, em 1983, como Património Mundial.

A visita iniciou-se num dos locais mais emblemáticos daquele monumento, a Charola. Depois de uma dúzia de anos



encerrada ao público, espartilhada por gigantescos andaimes, a Charola foi finalmente reaberta depois de um meticuloso trabalho de conservação e restauro da pintura mural da abóbada, anteriormente escondida por baixo de uma camada de cal.

Recebidos pelo Director do Convento de Cristo, Pedro Redol, os participantes do programa "Estaleiro-Aberto" tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais da história não só do convento como da própria Charola, uma construção que tem sido alvo das mais variadas teses ao longo dos anos.

Depois desta viagem de sete séculos conduzida pelo Director do monumento, chegou a vez de Joaquim Inácio Caetano, responsável pelos trabalhos de conservação e restauro das pinturas da abóbada da Charola, explicar a intervenção levada a cabo.

Descobertas há 12 anos através de pequenas sondagens feitas por técnicos do Instituto José de Figueiredo, estas pinturas estiveram em *stand by* durante cinco anos, o tempo que demorou a discussão sobre se a cal deveria ou não ser removida. Ganhou a última hipótese e, em 1994, através de um protocolo entre o IPPAR e a Escola Profissional de Recuperação de Património de Sintra deram-se início aos trabalhos.

De acordo com Joaquim Inácio Caetano, num ano, toda a cal foi removida meticulosamente, a bisturi. E foi uma verdadeira surpresa para todos quando os tramos da abóbada se revelaram na sua totalidade. Segundo este Conservador-restaurador foram muitos os problemas encontrados nesta obra, como rebocos que queimaram definitivamente a pintura, desnivelamentos de blocos de pedras e o desaparecimento de grandes faixas de camada pictórica.

Depois desta primeira fase, passou-se à seguinte, que durou mais três anos e que foi dedicada ao tratamento das pinturas e às permanentes dúvidas que assombram este tipo de trabalhos, quanto aos critérios de intervenção. Neste caso, Joaquim Inácio Caetano optou por refazer apenas as pequenas lacunas e não intervir nas grandes manchas em branco. Toda esta explicação terminou com a projecção de slides que permitiu ao visitantes aperceberem-se do "antes" e do "depois" da intervenção.

Depois do almoço, os participantes do "Estaleiro-Aberto" prepararam-se para uma subida aos céus. Mais concretamente aos telhados do convento, mesmo por cima da Hospedaria e da Sala dos Reis. Uma aventura mais radical que permitiu a todos entrar no forro do telhado e observar in loco os trabalhos de recuperação das coberturas executada pela Quinagre-Estudo e Construções, Lda.

Guiados pelo Engenheiro Joaquim Quintas foi possível observar as soluções adoptadas nesta empreitada promovida



Convento de Cristo, mas fundamental para a sua conservação, pois quando os técnicos da Quinagre iniciaram os trabalhos verificaram que o estado de degradação da madeira era de tal ordem que mais tarde ou mais cedo tudo iria desabar.

Daí que a solução encontrada foi a substituição total da estrutura de madeira, sempre com o cuidado de se utilizar peças de casquinha com secções e geometrias semelhantes à antiga estrutura. Uma tarefa nem sempre fácil, não só devido à estrutura irregular do edifício como, também, ao tecto em caixotão da Sala dos Reis. Neste caso específico, os técnicos da Quinagre explicaram as técnicas utilizadas na estrutura das coberturas e o modo como foi feito o seu isolamento térmico, de maneira a preservar da melhor forma possível o monumento e as pinturas do tecto da Sala dos Reis.

Do telhado, os participantes desceram novamente ao edifício e passaram para a Sala dos Reis onde Nazaré Tojal, responsável pela Ocre - Sociedade de Comércio de Arte e Restauro, Lda, iniciou a explicação sobre as técnicas de conservação e restauro que a sua empresa estava a utilizar nas pinturas do tecto da Sala dos Reis.

Esta sala, denominada assim devido à heráldica régia e de diversas ordens militares que compunham a decoração do seu tecto de madeira, foi construída em 1620 em articulação com uma monumental portaria que dava acesso à entrada do leigos no Convento, não perturbando assim o dia a dia da comunidade religiosa.

A pintura do tecto, que segundo Nazaré Tojal se encontrava muito degradada, é posterior à construção da sala e está datado dos finais do século XVIII. Com a ajuda de uma projecção de slides, o grupo do GECORPA pode aperceber-se do estado do tecto e do trabalho dos técnicos da Ocre na sua conservação. Problemas com o suporte, totalmente apodrecido devido ao ataque de xilófagos e às mais diversas agressões do meio ambiente, e com cerca de 60 por cento da camada crómica desaparecida e a restante em perigo de sumir-se para sempre, o tecto encontrava-se, até à intervenção da Ocre, num estado perfeitamente cadúco.

Nazaré Tojal explicou o que foi então feito, desde a protecção da policromia, ao tratamento do suporte e à sua posterior estabilização. Um trabalho que teve o seu início em Dezembro de 1999 e que ainda está a decorrer, faltando ainda a montagem de alguns painéis e a protecção da policromia através da aplicação de uma fina película de verniz.

As próximas visitas do programa "Estaleiro Aberto" são à Sé da Guarda, a 8 de Julho, seguindo-se a Sé de Faro e Teatro Lethes, a 23 de Setembro e o Mosteiro de S. Martinho de Tibães, a 28 de Outubro.

R.A.

O Prémio GECORPA de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico recebeu, na sua primeira edição, 7 candidaturas, entre obras de conservação e restauro de património construído, em número de 4, e 3 outras obras executadas sobre património integrado (talha, pintura mural e pintura de tecto em tábuas).

O Júri do Prémio analisa presentemente as referidas candidaturas, estando prevista para o mês de Julho a divulgação da decisão final.

O Prémio GECORPA, com periodicidade bienal, destina-se a galardoar as empresas portuguesas que mais se distinguem nas intervenções que visem a salvaguarda dos monumentos e edifícios históricos e a sua transmissão, nas melhores condições, às futuras gerações. As obras apresentadas a concurso devem ter-se pautado pelos princípios elementares de intervenção, nos moldes preconizados na Carta de Veneza e Declaração de Princípios do GECORPA, devendo igualmente terem sido concluídas nos dois anos anteriores à edição do Prémio.

O Prémio é constituído por uma placa comemorativa a colocar na obra vencedora e por um troféu a entregar à empresa premiada que receberá, também, a importância de cinco mil contos em dinheiro.

O Prémio GECORPA tem o patrocínio exclusivo de PT-Prime.



Obras candidatas

conclusão			
Mural da História	Restauro das pinturas murais da Igreja de Santa Leocádia, Chaves	Setembro de 1999	3 978 000\$00
Lourenço, Simões e Reis	Recuperação e restauro da Capela, Alas Sul e Nascente (Sala das Batalhas, Escadaria Norte, Biblioteca) e Torrinha Sul do Palácio Marquês da Fronteira, Lisboa	1999	64 960 387\$00
João Fernandes da Silva	Reabilitação do Edifício do Aljube, Porto	Julho de 1999	598 686 431\$00
Paulo Ferreira Jorge	Trabalhos de construção civil na Igreja do Convento da Cartuxa, Évora	Dezembro de 1998	9 235 000\$00
Jacula	Recuperação das talhas da Igreja do Convento da Cartuxa, Évora	Julho de 1998	17 865 000\$00
K4	Restauro do tecto da Igreja de Marvila, Lisboa	Abnl de 1998	8 451 37\$800
Fialho e Paulo	Recuperação da Fábrica Escola, Irmãos Stephens, Marinha Grande	Outubro de 1999	117 939 000\$00



Bairro da Sé do Porto - contributo para a sua caracterização histórica

Teresa Pires de Cravalho, Carlos Guimarães, Maria Jorge Barroca

Ed. CMP, CRUARB/CH. Projecto Piloto Urbano da Sé 1996. 270 pp. - Preço: 3 750\$00 - Código: CMPE.2

"Este livro decorre do trabalho de "Caracterização Histórica do Bairro da Sé" realizado no âmbito da operação de renovação urbana em curso, após Concurso Limitado. Desenvolvido com base no Caderno de Encargos e na Proposta Técnica então apresentada, o trabalho teve por objecto um território que não abrange a totalidade do denominado "Bairro da Sé" e cuja delimitação foi realizada pelo CRUARB e assim apresentada a concurso. A natureza deste trabalho - primeira fase de uma investigação mais vasta que deve ser continuada - deve assim ser vista mais como documento de trabalho do que como obra acabada" (Da Introdução).



Diálogos de Edificação - Estudo de Técnicas Tradicionais de Construção

Gabriela de Barbosa Teixeira, Margarida da Cunha Belém

Ed. CRAT, 1998. 205 pp. - Preço: 6 500\$00 - Código: CRATE.1

Manual de consulta sobre as mais significativas técnicas tradicionais de construção detectadas no espaço continental português. Essencialmente prático, apresenta uma primeira parte em que são abordados aspectos ligados aos materiais tradicionais, uma segunda parte que sistematiza as técnicas sob a forma de fichas e uma terceira parte em que se reúnem opiniões de técnicos ligados a esta área.



Manual do Pedreiro

J. Paz Branco

Ed. LNEC, 1981. 198 pp. - Preço: 2 100\$00 - Código: LNM.2

O caminho percorrido por grande parte dos trabalhadores para atingir uma qualificação profissional tem sido, e continua a ser penoso e difícil. Tudo o que sabem, resulta da observação directa de actuações.

Este livro pretende ser um "novo companheiro" para o pedreiro já feito e um auxiliar amigo para os que pretendam fazer a sua aprendizagem com mais segurança. Pretende oferecer a ambos alguns conhecimentos que lhes permitam encontrar o porquê de resultados já seus conhecidos e prever com segurança outros, face a situações novas.



Estuques e Esgrafitos de Évora

Ed. DGEMN - Preço: 1 350\$00 - Código: DG.C.1

A inexistência de um levantamento de todo e qualquer facto ou elemento histórico, constitui o maior passo para a perda total desse evento, interrompendo-se assim o encadeamento da história na evolução dos povos, negando-se às gerações vindouras a história que lhes pertence e que cabe aos presentes a obrigação de preservar.

Estuques e Esgrafitos são as Artes Decorativas aqui abordadas.

Este livro é uma chamada de atenção para uma arte em vias de extinção, nomeadamente, o Esgrafito que vem caindo no esquecimento.



Caminhos do Património

Ed. DGEMN / Livros Horizonte, 1999. 253 pp. - Preço: 6 000\$00 - Código: HTC.2

Esta publicação resulta da Exposição Caminhos do Património - DGEMN 1929 - 1999, e mostra o percurso da Instituição ao longo dos seus 70 anos de existência, procurando dar conta da enorme importância cultural, da preciosa valia técnica do rigor e actualidade da DGEMN. Contando com a colaboração de diversas personalidades de diferentes áreas disciplinares, este livro divulga também parte do importante manancial iconográfico e documental que a DGEMN conserva, revelando-se como um valioso contributo para os estudos do património arquitectónico e da história da arte do século XX.



Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius

Helena Rua

Ed. IST, 1993. 354 pp. - Preço: 7 000\$00 - Código: IST.E.1

Trata-se da primeira versão portuguesa desta obra de referência - baseada na 2.ª edição de "Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius" de Perrault, de 1684, corrigida e aumentada - com 374 páginas de literatura apoiadas por 68 gravuras e 87 desenhos, descritivos da tecnologia do mais belo estilo Romano.

Marco Vitruvius Polião, arquitecto romano presumivelmente do séc. I a.C., para além de se dedicar à construção, procurou registar por escrito, ao longo da sua vida, os preceitos desta arte, compilando-os, já perto do fim da vida, nestes 10 livros, marco incontornável da arquitectura e da história da arte ocidentais.

Boletim Monumentos em CD ROM

Ed. DGEMN - Preço: 10 000\$00 - Código: DG.CDR.1

"A reedição dos Boletins da DGEMN em suporte digital CD-ROM, com o aproveitamento de algumas potencialidades da tecnologia multimédia, constitui um reconhecimento pelo trabalho dos que, no passado, foram prestigiando esta casa, uma resposta ao crescente interesse pela história do nosso património construído e um elo de ligação com o trabalho de divulgação e valorização do património arquitectónico que nesta década temos desenvolvido" (Da Introdução).



Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais

José Aguiar, A. M. Reis Cabrita, João Appleton

Ed. LNEC, 3ª edição 1997, 2 volumes, 467 pp. - Preço: 7 140\$00 - Código: LN.M.1

Este Guião aborda questões de âmbito metodológico e compila informações úteis no domínio da reabilitação de edifícios, procurando apoiar os projectistas, os decisores políticos e responsáveis autárquicos, os proprietários e moradores de imóveis degradados, as associações de defesa do património, os Gabinetes Técnicos Locais e todos aqueles que, directa ou indirectamente, se encontram envolvidos na árdua tarefa da salvaguarda do nosso património arquitectónico e urbano.



Estuques Decorativos do Norte de Portugal

Ed. CRAT, 1991, 71 pp. - Preço: 1 300\$00 - Código: CRAT. E.2

Catálogo de fotografias, devidamente apoiadas em legenda descritiva, seleccionadas do Inventário da Exposição "Estuques Decorativos do Norte de Portugal" realizado por Flávio de Vasconcelos, que, em nota de introdução, alude à história dos estuques decorativos do Norte de Portugal, justificando este trabalho pela "(...) necessidade de divulgar todo um conjunto de manifestações de um das Artes Decorativas menos estudada e apreciada, e cujo interesse estético e histórico nunca foi devidamente valorizado, (...)".



Fundamentos da Arquitectura Paisagista

Francisco Caldeira Cabral

Ed. ICN, 1993, 220 pp. - Preço: 2 000\$00 - Código: ICNE.3

"O pensamento do autor, as soluções que propõe e os conhecimentos científicos de que se serve são duma flagrante actualidade, apesar de já ter decorrido quase meio século após a apresentação dos primeiros textos que constituem este volume. A definição de Arquitectura Paisagista que então propõe "Arquitectura Paisagista é a Arte de ordenar o espaço exterior em relação ao Homem", adquire nos dias de hoje enorme importância plenamente justificada pelas consequências derivadas dos erros então apontados." (Do Prefácio de Gonçalo Ribeiro Telles).



Caracterização e Avaliação do Mercado da Manutenção e Reabilitação de Edifícios e da Conservação do Património Arquitectónico em Portugal

Ed. GECORPA, 1999, 98 pp. - Preço: 9 000\$00 - Código: G.E.E.1

Um dos objectivos do jovem GECORPA é a disponibilização de informação e documentação técnica especializada. Nesse sentido, recorreu à colaboração de António Manzoni de Sequeira que, há vários anos, se preocupa com a recolha e interpretação de informação económica no sector da construção, para tentar lançar alguma luz sobre o que é o mercado da reabilitação e da conservação e restauro do património arquitectónico em Portugal. Um documento de orientação e de trabalho para as empresas e, em geral, para todos quantos se interessam pelos aspectos económicos desta nobre área de actividade dentro do sector da construção.



Restauro e Reabilitação da Casa de Arnal

Eunice Salavessa

Ed. ICN e Parque Natural do Alvão, 1997, 62 pp. - Preço: 1 500\$00 - Código: ICNE.5

No âmbito da política de salvaguarda, reabilitação e revitalização de antigos centros urbanos, incluindo "aldeias de notável valor arquitectónico", determinada pela comunidade europeia e adoptada por Portugal, esta publicação é parte integrante da Dissertação de Mestrado da autora "Subsídios para o Plano de Salvaguarda de Arnal - Aldeia do Parque Natural do Alvão", sendo o capítulo reproduzido nesta publicação uma proposta concreta para a reabilitação da casa tradicional desta aldeia do Alto Douro.



Outros títulos

2º. Encore Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios
(2 vols.)

Ed. LNEC. 1. edição 1994, 2. edição 1997, 967 pp.
Preço: 10 500\$00 - Código: LNA.1

Plano Verde de Lisboa

- Componente do Plano Director Municipal de Lisboa
Coordenação de Gonçalo Ribeiro Telles
Ed. Colibri, 1997, 197 pp.
Preço: 3 990\$00 - Código: COLE.1

Conservation of Granitic Rocks

Edited by J. Delgado Rodrigues e D. Costa
Ed. LNEC, 1996, 101 pp.
Preço: 2 100\$00 - Código: LNE.4

Lisboa em Obras

José Manuel Fernandes
Ed. Livros Horizonte, 1997, 223 pp.
Preço: 3 500\$00 - Código: HTE.2

Casas Acariciadoras

Ed. Fundação das Descobertas, 1995, 51 pp.
Preço: 1 185\$00 - Código: FDC.4

A Igreja da Memória

Joaquim Oliveira Caetano
Ed. DGEMN, 1991, 83 pp.
Preço: 3 000\$00 - Código: DGE.1

Roteiro do Funchal

Ed. Câmara Municipal do Funchal, 1997, 223 pp.
Preço: 2 500\$00 - Código: CMFM.C1

Lisboa - Arquitectura & Património

José Manuel Fernandes
Ed. Livros Horizonte, 1989, 217 pp.
Preço: 2 500\$00 - Código: HTE.1

Palácio Pankas Patina

Ed. DMRU-CML, 1998, 125 pp.
Preço: 4 200\$00 - Código: CML.E.1

Caminho do Oriente-Guia do Património Industrial

Deolinda Folgado e Jorge Custódio
Ed. Livros Horizonte/Caminho do Oriente, 1999, 217 pp.
Preço: 6 500\$00 - Código: HTC.3

A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento/Ação da sua Reabilitação

Luz Valente Pereira
Ed. LNEC, 1996, (1. ed. 1994), 114 pp.
Preço: 2 300\$00 - Código: LNE.2

Lisboa: Reabilitação Urbana - Núcleos Históricos

Ed. CML 1993 - 189 pp.
Preço: 4 200\$00 - Código: CML.C.1

Madeira para Construção

Ed. LNEC, 1997
O conjunto destas 10 fichas visa divulgar especificações e sintetizar informação geral sobre madeira para construção.
M1 - Especificação de madeiras para estruturas (Preço: 525\$00; Código: LNM.4); M2 - Pinho bravo para estruturas (Preço: 525\$00; Código: LNM.5); M3 - Cãmbala (Preço: 315\$00; Código: LNM.6); M4 - Casquinha (Preço: 420\$00; Código: LNM.7); M5 - Criptoméria (Preço: 315\$00; Código: LNM.8); M6 - Eucalipto comum (Preço: 315\$00; Código: LNM.9); M7 - Tola branca (Preço: 315\$00; Código: LNM.10); M8 - Undianuno (Preço: 315\$00; Código: LNM.11); M9 - Humidade da madeira (Preço: 315\$00; Código: LNM.12); M10 - Revestimentos por pintura de madeira para exteriores (Preço: 525\$00; Código: LNM.13)

Os Moinhos de Maré da Ria Formosa

Luís Filipe Rosa Santos
Ed. Parque Natural da Ria Formosa, 1992, 151 pp.
Preço: 3 000\$00 - Código: ICNE.1

Importante inventário dos moinhos de maré outrora existentes na Ria Formosa, este livro constitui um bom suporte visual deste tipo de património industrial através de um conjunto de desenhos, esquemas e mapas descritivos dos moinhos.

Prática da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Ed. GECORPA, 1999, 184 pp.
Preço: 7 000\$00 - Código: GEA.1

Nota de encomenda

Nome _____
Endereço _____
Código Postal _____ Localidade _____
Telefone _____ Fax _____ N.º Contribuinte _____
Número de associado do GECORPA (10% de desconto) _____
Assinante da revista "Pedra&Cal" (10% de desconto) Sim ☐ Não ☐

Código	Título	Preço Unitário	Desconto (*)	Quantidade	Valor (**)

Total: 500

(*) associados do GECORPA ou assinantes da Revista têm direito a 10% de desconto sobre o valor de cada obra encomendada. (Os descontos não são acumuláveis)
(**) ao valor de cada livro deverá ser acrescentado 500\$00 de portes de correio.
No caso da encomenda ultrapassar as duas obras, os portes de correio fixam-se nos 1 000\$00

FORMA DE PAGAMENTO: o pagamento deverá ser efectuado por cheque à ordem de GECORPA e enviado juntamente com a nota de encomenda para Rua Pedro Nunes, 27, 1.º Dr. 1050-170 Lisboa.
Junto envio cheque n.º _____ no valor de _____ \$00 à ordem de GECORPA

Data _____ Assinatura _____

II Encontro nacional ARP "A Conservação e Restauro do Património - Riscos, Prevenção, Segurança, Ética e Lei"

13 e 14 de Novembro de 2000, Auditório Nacional de
Farmácias, Lisboa

Organização: ARP - Associação Portuguesa de Conserva-
dores-Restauradores

Temas: Riscos; Prevenção e Segurança; Ética e Lei

Com a presença de: Francisco Gautier; Sandra Cabrita;
António Pereira dos Santos; António João Cruz; Richard
Wolbars; Erik Ulrix; Conceição Ribeiri; Joaquim Caetano;
Irene Frazão; Luc Maes; Ana Santa Bárbara; João Martins
Claro; Anabela Dourado (Presidente da ECCO)

Secretariado: Rua Serpa Pinto, 5, 1.º Esq. T., 1200-442
Lisboa

Encontro "Conversas à volta dos Conventos"

25 a 28 de Outubro de 2000, Convento de Nossa
Senhora da Saudação, Montemor-o-Novo

Organização: Oficinas do Convento

Na sequência das "Conversas à volta da Terra" e das
"Conversas à volta da Olaria", as Oficinas do Convento -
Associação Cultural de Arte e Comunicação, realizam este
ano as "Conversas à volta dos Conventos".

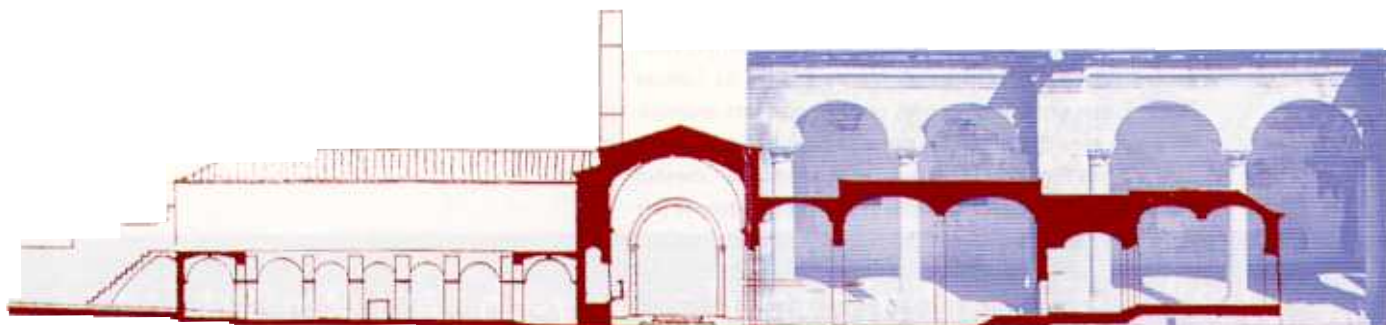
A arquitectura assume um papel central, mas não exclu-
sivo, nesta Conversas. Pretende-se promover uma discussão
ecclética e criativa entre vertentes como a história, teologia,
filosofia, Artes plásticas, música, cinema, teatro, gastrono-
mia, entre outras, com o objectivo de evidenciar a multi-
plicidade de vivências que um convento pode conter e
inspirar.

Os conventos existentes em Montemor-o-Novo são o pre-
texto da realização deste evento, sendo o de São Francisco
um dos pretextos da criação da associação que ali está
instalada

Temas: Espiritualidade e sociabilidade; Convento como
construção e instrumento de ordenamento do território;
Património, apropriações dos espaços conventuais.

Convidados: José Mattoso, Frei Bento Domingues, Jaime
Ferreira Alves, Ana Lúcia Barbosa, Francisco Pato de
Macedo, João Appleton, João Carrilho da Graça, Margarida
Calado, João de Almeida, Jorge Gaspar, Aurora Carapinha,
Joaquim Cerqueira Gonçalves.

Secretariado: Tel: 266 899 824; E-mail
oficinas@eudoramail.com





Por uma política coerente de reabilitação urbana

Por: Nuno Teotónio Pereira

Faz agora um ano, levantei nesta coluna o problema do esvaziamento de prédios de arrendamento intencionalmente provocado pelos proprietários com vista a acelerar a sua degradação e posterior demolição, auferindo lucros avultados. Já então o governo, pela voz da Secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, tinha anunciado a promulgação de um pacote de medidas visando a reabilitação de edifícios de habitação degradados, procurando, através de incentivos financeiros, envolver os proprietários na realização de obras que permitissem a colocação no mercado de arrendamento dos fogos desocupados.

Passado um ano, parece que, finalmente, tais medidas vão ser apresentadas na Assembleia da República. Mas, tal como são anunciadas na Imprensa, irão apenas resolver uma parte do problema - talvez a menor - contemplando somente os prédios que carecem de obras urgentes para as quais os senhores não dispõem de recursos em consequência do baixo valor das rendas decorrente de arrendamentos antigos. Ficam assim de fora medidas coercivas, por exemplo de penalização fiscal - e que existem na generalidade dos países europeus - por forma a combater comportamentos especulativos, que obrigassem os proprietários a colocar no mercado os fogos desocupados.

Esta ausência é tanto mais incompreensível no momento em que o mesmo governo se declara empenhado na requalificação das áreas centrais das cidades, ao lançar, por exemplo, o programa POLIS. Contradição que salta também à vista nas obras empreendidas na cidade do Porto ao abrigo da Capital da Cultura 2001. É que um dos objectivos centrais que fora anunciado, e que consistia em trazer de volta população residente para a Baixa Portuense, teve que ser abandonado - mesmo como aposta estratégica a médio prazo. Provavelmente por falta de recursos financeiros, mas também concerteza por carência de disposições legais eficazes. Ainda há dias foi anunciado um conjunto de obras no eixo da Rua Mouzinho

da Silveira, mas os prédios que ladeiam esta artéria, com excepção das lojas, estão vazios. Fará realmente sentido investir dezenas de milhões de contos introduzindo melhorias no espaço público quando esse mesmo espaço é crescentemente afectado pela desertificação das áreas centrais e pela presença obsessiva de fachadas escalavradas e sem vida, com vidros partidos, exibindo uma degradação insolente?

Mas ainda que seja negro o panorama que fica descrito, os males desta ausência de política são muito maiores, traduzindo-se na perda da identidade patrimonial das nossas cidades, na destruição de um capital fixo avultadíssimo, na inutilização massiva de solos com aptidão agrícola pela expansão desmesurada de periferias desumanizadas, nos vultuosos investimentos em infraestruturas urbanas a que essa expansão obriga, no agravamento constante dos problemas de transporte com o desperdício de energia e o aumento da distância entre os locais de residência e de trabalho, etc., etc., etc. Enfim, um rol infundável de malefícios que se julgaria suficiente para despoletar medidas de política imediatas, coerentes e eficazes que levassem a reabilitar e utilizar as dezenas de milhares de fogos que a especulação fundiária mantém vazios.

É mercê destas omissões que o mercado de reabilitação de edifícios - em que estamos, como se sabe, na cauda da Europa - cresce tão penosamente. E a dimensão do mal, a julgar por aquilo que se pode observar por quem percorre as áreas centrais de Lisboa e do Porto e até de outras cidades assume proporções de catástrofe urbana. E se há um ano, apontámos como exemplo o caso de três valiosos prédios de sólida construção esvaziados e ameaçados de demolição na avenida Duque de Loulé, em Lisboa, mostramos agora a fachada de dois belos módulos que se repetem várias vezes, ocupando uma extensa frente na cidade do Porto - desta vez na rua Duque de Loulé. Não se trata de uma coincidência, até por que imagens semelhantes podem lamentavelmente obter-se às centenas em qualquer destas cidades. Mas o Governo parece que não as vê.



Património vítima da especulação
Rua Duque de Loulé, Porto